



**CADERNOS** lu●ppa  
**APRENDIZADOS DO 1º LAB**

# ORGANIZAÇÃO CADERNOS LUPPA

---

## **Curadoria e conteúdos**

Juliana Tângari

Roberta Curan

Tárzia Medeiros

Thais Barreto

Francine Xavier

## **Revisão de texto**

Bruce Scheidl

Maria Eduarda Lemos

Mônica Guerra

## **Projeto gráfico**

Flavia Falcão

## **Ilustrações**

Josélia Frasão

## **Diagramas no capítulo “Detalhando as atividades do 1 LUPPA LAB”**

Reos Partners

## **Fotografias**

acervo das Prefeituras de:

Anchieta/SC (págs 7, 8, 10, 60)

Araraquara/SP (pág 62)

Belém/PA (pág 64)

Brejo da Madre de Deus/PE (págs 3, 9, 11, 68)

Caruaru/PE (págs 13, 70)

Contagem/MG (págs 13, 72, 73)

Curitiba/PR (capa)

Maracanaú/CE (pág 77)

Natal/RN (pág 54)

Petrolina/PE (pág 82)

Porto Alegre/RS (págs 16, 84)

Santarém/PA (págs 24, 55, 91, 94)

Teresina/PI (pág 93)

**JUNHO DE 2022**

# INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

## Idealização e realização

- Instituto Comida do Amanhã

## Correalização

- ICLEI América do Sul

## Parceria metodológica

- Reos Partners

## Apoio

- Instituto Clima e Sociedade
- Instituto Ibirapitanga

## Apoio institucional

- Alimentação Consciente Brasil
- Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - GEPPAAS/UFMG
- Humane Society International
- Prefeitura de Belo Horizonte/MG
- Prefeitura de Curitiba/PR
- Prefeitura do Recife/PE



foto: prefeitura de Brejo da Madre de Deus

# EQUIPE LUPPA

---

## **Coordenação geral**

Juliana Tângari, Comida do Amanhã

## **Coordenação**

Francine Xavier, Comida do Amanhã

Mônica Guerra, Comida do Amanhã

Rodrigo Perpétuo, ICLEI América do Sul

Elizabeth Moura, ICLEI América do Sul

## **Comunicação**

Thais Barreto, Comida do Amanhã

Laura Guerra, Comida do Amanhã

## **Conteúdo, apoio operacional e relacionamento com cidades**

Tárzia Medeiros, Comida do Amanhã

Bruce Scheidl, ICLEI América do Sul

Roberta Curan, Comida do Amanhã

Maria Eduarda Lemos, Comida do Amanhã

## **Apoio prospecção**

Ana Vitória Wernke, ICLEI América do Sul

Armelle Cibaka, ICLEI América do Sul

Cibele Carneiro, ICLEI América do Sul

Leta Vieira de Souza, ICLEI América do Sul

## **Voluntários**

Kamyla Borges

Luana Rocha

Melissa de Araújo

Olivia Honório

Renan Veloso

## **Facilitação gráfica**

Josélia Frasão, Comida do Amanhã

## **Facilitação e apoio dos grupos de trabalho do LAB**

Bruce Scheidl

Christel Scholten

Maria Eduarda Lemos

Elizabeth Moura

Francine Xavier

Guilherme Rodrigues

Juliana Tângari

Kamyla Borges

Luana Rocha

Melissa de Araújo

Mônica Guerra

Olivia Honório

Renan Veloso

Roberta Curan

Tárzia Medeiros



# CIDADES PARTICIPANTES

(em ordem alfabética)

Alvarães/AM  
Anchieta/SC  
Araraquara/SP  
Belém/PA  
Bragança/PA  
Brejo da Madre de Deus/PE  
Caruaru/PE  
Contagem/MG  
Florianópolis/ SC  
Jataúba/PE  
João Pessoa/PB  
Lajedo/PE  
Maracanaú/CE  
Natal/RN  
Niterói/RJ  
Petrolina/PE  
Porto Alegre/RS  
Rio Branco/AC  
Rio Claro/SP  
Sobral/CE  
Santarém/PA  
Teresina/PI  
Vitória do Xingu/PA



# GLOSSÁRIO

---

**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural

**CEACA** - Central de Abastecimento de Caruaru

**CEASA** - Central de Abastecimento Alimentar  
Sigla e denominação popular das centrais de abastecimento, que são empresas estatais destinadas a promover e organizar a comercialização atacadista de produtos da hortifruticultura em uma determinada região.

**CADUnico** - Cadastro Único do sistema de assistência social federal  
Registro do governo federal que congrega dados das famílias de baixa renda no Brasil, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras municipais.

**CMAUF** - Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar

**Centro POP** - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

**CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social

**CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Criado em 2003 e extinto em 2019.

**CAISAN** - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos municípios, utiliza-se a mesma sigla para significar Câmara Intersecretarias (ou Intersetorial) de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Conselho de SAN** - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios - cujas denominações e siglas oficiais variam entre CMSAN, COMSEA,

COMUSAN, etc. Por isso, preferiu-se nesta publicação designá-los indistintamente de Conselho de SAN.

**EAN** - Educação Alimentar e Nutricional

**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Sigla e denominação popular das autarquias estaduais destinadas a promover a assistência técnica e extensão rural nos estados.

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FAO** - Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em sua sigla em inglês, Food and Agriculture Organization).  
Sediada em Roma, Itália, mas com escritórios regionais inclusive no Brasil, compõe, junto com o FIDA e o PMA, as chamadas agências romanas da ONU.

**FIDA** - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola Agência da ONU sediada em Roma, Itália, com escritórios regionais.

**LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Tanto a União quanto estados e municípios devem editar sua própria LOSAN, como marco legal orientador de seu sistema de SAN (SISAN, SISAN estadual, SISAN municipal).

**Pacto de Milão** - Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana, lançado em Milão, Itália, na Expo 2015. Não se trata de um compromisso obrigatório como os tratados internacionais, mas indica os compromissos voluntários de mais de 200 cidades signatárias ao redor do mundo com a agenda dos sistemas alimentares urbanos.

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

**PMA** - Programa Mundial de Alimentos Agência da ONU sediada em Roma, Itália, com escritórios regionais.

**ODS** - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Metas acordadas pelos países membros das Nações Unidas em 2014, para serem alcançadas até 2030.

**SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional

**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SESC** - Serviço Social do Comércio

**SISAN** - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: "SISAN estadual"; "SISAN municipal".



foto: prefeitura de Anchieta - SC

# ÍNDICE

<b>9 APRESENTAÇÃO</b>	<b>55 INICIATIVAS QUE INSPIRAM: PROGRAMAS DE REFERÊNCIA DAS CIDADES LUPPA</b>
<b>11 COMO O LUPPA COMEÇOU?</b>	
<b>16 PERFIL DAS CIDADES QUE ADERIRAM AO LUPPA EM 2021</b>	<b>57 Alvarães</b>
	<b>59 Anchieta</b>
	<b>61 Araraquara</b>
	<b>63 Belém</b>
	<b>65 Bragança</b>
	<b>67 Brejo da Madre de Deus</b>
	<b>69 Caruaru</b>
	<b>71 Contagem</b>
	<b>74 Florianópolis</b>
	<b>75 João Pessoa</b>
	<b>76 Maracanaú</b>
	<b>78 Natal</b>
	<b>79 Niterói</b>
	<b>81 Petrolina</b>
	<b>83 Porto Alegre</b>
	<b>85 Rio Branco</b>
	<b>87 Rio Claro</b>
	<b>88 Sobral</b>
	<b>90 Santarém</b>
	<b>92 Teresina</b>
	<b>94 CONCLUSÃO</b>



foto: prefeitura de Anchieta - SC



# APRESENTAÇÃO

Dando continuidade à série Cadernos LUPPA, o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA, um projeto idealizado pelo Instituto Comida do Amanhã e correalizado com o ICLEI América do Sul, apoiado pelo Instituto Clima e Sociedade e pelo Instituto Ibirapitanga, e com parceria metodológica da Reos Partners, traz a público os aprendizados do seu primeiro LAB, realizado entre novembro de 2021 e janeiro de 2022 em formato virtual.

Nessa publicação, contamos como nossas atividades se desenvolveram, quem participou, o que produzimos juntos, e quais programas, políticas e iniciativas das cidades participantes vieram à tona e merecem ser destacadas para o público em geral.

As referências às experiências de cada cidade não pretendem de forma alguma exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das

experiências que foram compartilhadas durante nossas oficinas.

Os resultados trazidos nesta publicação são o resultado do trabalho incansável de toda a equipe do LUPPA, composta por colaboradores e voluntários extremamente dedicados ao projeto e a sua missão. Não teríamos chegado aqui sem o trabalho de cada uma dessas pessoas. O mesmo se diz dos nossos apoiadores e parceiros, que acreditaram no projeto e nos concederam a energia necessária para que o LUPPA pudesse ser realizado com as melhores ferramentas possíveis.

A cada uma das equipes das cidades participantes e das cidades mentoras, assim como dos respectivos conselhos participantes, agradecemos imensamente a confiança, a dedicação e o empenho, afinal, as lições compartilhadas nesta publicação revelam o trabalho e as conquistas que cada uma destas equipes já realiza em seus territórios.



foto: prefeitura de Anchieta - SC



**COMO O LUPPA  
COMEÇOU?**

O sistema alimentar mundial não vai bem. Os problemas são vários. Tendência crescente de fome e má nutrição, incluindo obesidade, emergência climática e impacto da produção agropecuária atingindo os limites planetários, acesso desigual a alimentos, principalmente a alimentos saudáveis, além de uma lista vasta de violações a direitos humanos, incluindo o direito à alimentação.

O que o mundo produz de alimentos é essencialmente consumido nas cidades. No entanto, um dos grandes desafios que as cidades enfrentam, especialmente as mais urbanizadas, é garantir sistemas alimentares sustentáveis e uma dieta saudável para todos os seus habitantes.

A forma como as cidades se alimentam pode transformar os sistemas alimentares e, ainda que as respostas e soluções possam vir de diversas fontes, é inegável a importância central da resposta dos governos. Por ser um direito, o acesso à alimentação precisa ser garantido por políticas públicas. E por ser uma

temática essencialmente transversal, políticas públicas alimentares devem envolver diversos setores e contar com participação social. Nesse sentido, tanto a gestão pública municipal quanto as organizações locais da sociedade civil são atores indispensáveis no ecossistema dessa transformação.

Por isso, idealizamos e desenhamos o Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares - LUPPA: com o objetivo de apoiar cidades pequenas e médias - de até 1 milhão e 500 mil habitantes - a desenvolverem suas políticas alimentares com uma visão ampliada e verdadeiramente intersetorial.

Em agosto de 2021, lançamos o primeiro edital de chamada de cidades participantes, junto com a chamada de cidades mentoras - cidades que têm políticas alimentares desenvolvidas há mais tempo e que aceitaram ser parceiras do projeto para transmitir conhecimento e experiências práticas às cidades interessadas em desenvolver suas estratégias



É PRECISO ORGANIZAR O SISTEMA ALIMENTAR NUMA LÓGICA DE GARANTIA DE PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, QUE É MAIS DO QUE ABASTECIMENTO, MAS A GARANTIA DO TRABALHO E DA RENDA, DA PRODUÇÃO DE COMIDA NA CIDADE



**SÍLVIA RIGON**

Membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba

municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Aderiram ao projeto as seguintes cidades: Alvarães/AM, Anchieta/SC, Araraquara/SP, Belém/PA, Bragança/PA, Brejo da Madre de Deus/PE, Caruaru/PE, Contagem/MG, Florianópolis/SC, Jataúba/PE, João Pessoa/PB, Lajedo/PE, Maracanaú/CE, Natal/RN, Niterói/RJ, Petrolina/PE, Porto Alegre/RS, Rio Branco/AC, Rio Claro/SP, Sobral/CE, Santarém/PA, Teresina/PI e Vitória do Xingu/PA.

Como cidades mentoras, tivemos: Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Recife/PE.

O LUPPA contou ainda com o apoio institucional do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais - GEPPAAS/UFMG, da Humane Society International e do programa Alimentação Consciente Brasil; e teve metodologia codesenvolvida pela Reos Partners, consultoria focada em

mudanças sistêmicas e solução de desafios complexos.

A sociedade civil organizada de cada município selecionado foi chamada a participar, representada através de seus conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, quando instalados, ou outro conselho afim ao tema da alimentação, na ausência do Conselho de SAN.

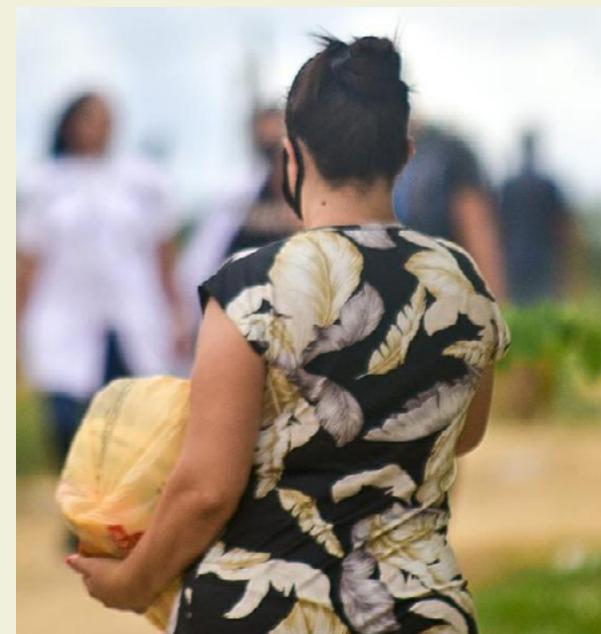


foto: prefeitura de Contagem e Caruaru

Já as prefeituras foram convidadas a participar via representantes de diferentes secretarias, indicados por cada município. No grande grupo de trabalho do LUPPA há, por exemplo, gestoras e gestores ligados às áreas de assistência social, agricultura, hortas urbanas, meio ambiente, alimentação escolar, abastecimento, planejamento, urbanismo, saúde, etc. A diversidade de pastas é essencial ao projeto, daí porque não é definido de antemão uma única pasta como ponto focal necessário para o LUPPA. Cada cidade define a sua porta de entrada, de acordo com o seu contexto específico.

Para preparar as atividades e conteúdos do LAB - customizado em função das cidades participantes - conduzimos entrevistas exclusivas com os pontos focais indicados pela prefeitura de cada uma das 23 cidades. Nessas entrevistas buscamos levantar os interesses, desafios, conquistas e trajetórias dos programas voltados para o sistema alimentar, além de uma introdução ao mapeamento de atores do

sistema alimentar de cada cidade. Após as entrevistas, enviamos a cada prefeitura uma planilha de diagnóstico do sistema alimentar, com vistas tanto a apurar dados mais detalhados quanto a sugerir um primeiro exercício de atenção intersetorial dessas equipes sobre as temáticas que envolvem o que chamamos de sistema alimentar.

Concomitante à construção programática do primeiro LAB, realizamos uma série de 5 seminários abertos ao público em geral - LUPPA WEB - apresentados ao vivo, e disponibilizados no canal do Youtube do Instituto Comida do Amanhã, para acesso irrestrito. Em cada seminário, um tema atual e desafiador para os sistemas alimentares urbanos foi apresentado por uma/um especialista, estimulando o debate que se seguia com gestores de uma ou duas cidades convidadas a compartilhar suas experiências naquele tema.

“

ALÉM DA FOME, EXISTE TAMBÉM UM GRAVE PROBLEMA NUTRICIONAL COM A OPÇÃO POR ALIMENTOS MAIS BARATOS E ULTRAPROCESSADOS AO INVÉS DE ALIMENTOS MAIS SAUDÁVEIS E IN NATURA. ISSO ESTÁ LEVANDO A UM AUMENTO GRAVE DA OBESIDADE E OUTRAS DOENÇAS ASSOCIADAS À MÁ NUTRIÇÃO

”

**JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

ex-Diretor-geral da FAO e atual  
Diretor-geral do Instituto Fome Zero

De agosto a outubro de 2021, falamos de:

- políticas alimentares integradas para cidades resilientes, com João Intini da FAO Américas, e entrevista com Luiz Gusi, Secretário de Segurança Alimentar de Curitiba, e Silvia Rigon, do Conselho de SAN de Curitiba;
- cidades, comida e resiliência climática, com Sophia Picarelli do ICLEI América do Sul, e entrevista com Adriana Figueira, Secretária de Agricultura Urbana do Recife, seguida de painel sobre a Declaração de Glasgow para Alimentação e Clima com participação de Cecília Delgado, da Universidade Nova de Lisboa e da cidade de Mértola, Portugal;
- acesso à alimentação saudável e territórios urbanos vulneráveis, com José Graziano da Silva do Instituto Fome Zero, e entrevista com Cida Miranda, Superintendente de Segurança Alimentar e Agroecologia

de Contagem, e Raul Gonçalves, Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú;

- abastecimento alimentar urbano com Manuela Santos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, seguido de entrevista com Lia Palm, gestora do projeto Ligue os Pontos da Prefeitura de São Paulo;
- segurança alimentar e alimentação escolar na rede pública, com Thais Salema, do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CECANE-UNIRIO), e entrevista com Vanda Maia, coordenadora da alimentação escolar de Santarém.

“

VAMOS CONTINUAR LUTANDO POR UMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUALIDADE E POR UMA EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTARÉM. SE UM ALUNO ESTÁ BEM ALIMENTADO, SUA QUALIDADE DE VIDA E O SEU APRENDIZADO ESTÃO GARANTIDOS, E ELE TERÁ UM FUTURO MELHOR

”

**VANDA MAIA**

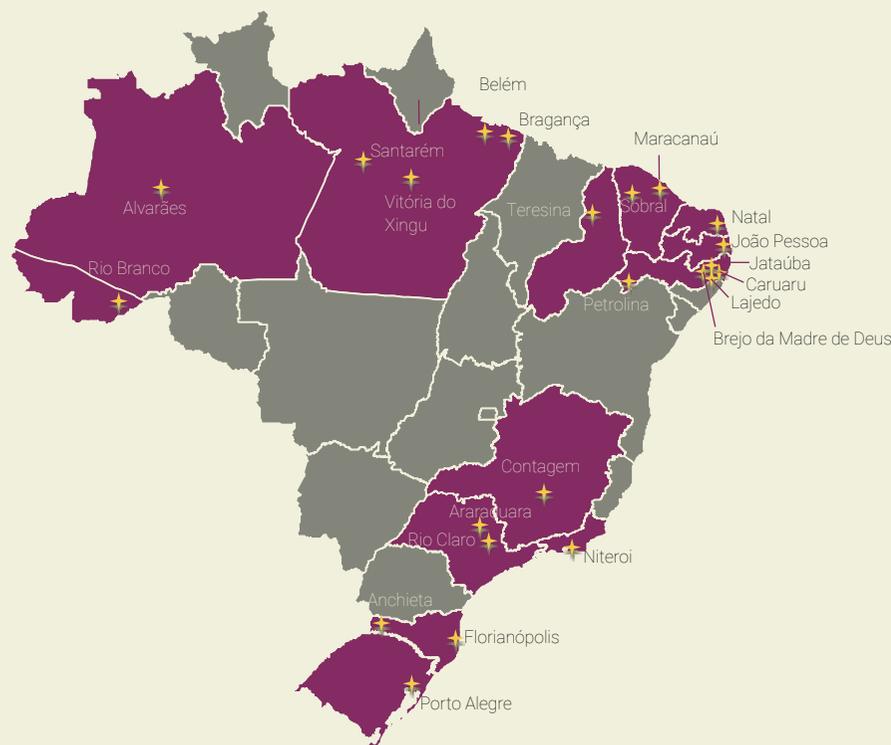
Coordenadora do Núcleo Técnico de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação de Santarém – PA



**PERFIL DAS CIDADES  
QUE ADERIRAM  
AO LUPPA EM 2021**

Antes de relatar as atividades desse primeiro laboratório, é interessante apresentar um perfil das cidades que aderiram ao LUPPA e o resultado geral da primeira fase de levantamento de informações das cidades, realizada tanto a partir de um questionário preliminar preenchido por cada município candidato ao projeto, quanto a partir das entrevistas conduzidas após sua adesão ao LUPPA.

As cidades participantes do LUPPA, sem considerar as cidades mentoras, estão localizadas em 13 (treze) estados brasileiros, sendo 7 (sete) capitais de estado. Na região da Amazônia Legal - que abrange a região Norte, parte do Nordeste e parte do Centro-Oeste - encontram-se 6 (seis) cidades. Do Nordeste, temos 10 (dez) cidades, e da região



Centro-Sul são 7 (sete), sendo 4 (quatro) do Sudeste e 3 (três) do Sul.

A população total dessas cidades abrange quase 10.000.000 (dez milhões) de habitantes, considerando a estimativa IBGE para 2021. Dessas, 6 cidades estão na categoria de até 100 mil habitantes, 11 cidades com população entre 100 mil e 600 mil habitantes, 4 cidades com população entre 600 mil e 1 milhão de habitantes, e 2 cidades com 1,5 milhão de habitantes aproximadamente, que era o tamanho limite para participação no projeto. As 15 cidades dos dois grupos intermediários, juntas, somam quase 7 milhões de pessoas.

## POPULAÇÃO BASEADA NA PROJEÇÃO IBGE PARA 2021 - 1ª EDIÇÃO



Fontes: IBGE, Luppa, Comida do Amanhã

Um outro dado que levantamos foi o percentual de população beneficiada pelo Bolsa Família ou inscrita no Cadastro Único do governo Federal, no mês de setembro de 2021, conforme dados extraídos da respectiva página eletrônica do Ministério da Cidadania (Cad Único)<sup>1</sup>. No grupo de cidades participantes do LUPPA, todas as cidades do Centro-Sul tinham 10% ou menos da população inscrita no Cad Único no início do projeto. Das cidades do Nordeste, 3 possuíam mais de 40% da população no Cad Único, e as demais continham percentuais que variavam entre 11 e 39%. Cenário semelhante ao da Amazônia, com 2 cidades acima de 40% da população com benefícios sociais e 4 cidades com percentuais variando entre 11 e 39%.

Considerando a estrutura de governança de SAN<sup>2</sup> de cada município, tema bastante caro ao LUPPA, apuramos 6 fatores: (i) instalação de Conselho de SAN, (ii) instalação de CAISAN, (iii) existência de marco legal de SAN, (iv) adesão ao SISAN, (v) realização de Conferência

de SAN nos últimos quatro anos, e (vi) elaboração de Plano de SAN.

Desde 2002, houve no Brasil um incentivo à instalação dos Conselhos de SAN, por isso, era de se esperar que houvesse uma proporção considerável de Conselhos instalados. No entanto, as demais estruturas foram nacionalmente desenhadas no âmbito da Lei Federal nº 11346 de 2006, a LOSAN nacional, que ao instituir o SISAN como um sistema de adesão voluntária, não obrigou a criação dessas estruturas em âmbitos estadual e municipal, mas as incentivou através da facilitação de acesso a recursos federais. Além disso, o levantamento que o então Ministério do Desenvolvimento Social realizava frequentemente até 2018 (Mapa SAN)<sup>3</sup>, apontava em sua última edição, que menos de 1% dos municípios brasileiros haviam elaborado seus Planos de SAN.

Assim, em uma constatação inicial, encontramos aquilo que de certa forma já era esperado:

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



**23** cidades participantes

**18** cidades  
CONSELHO DE SAN

**12** cidades  
CAISAN

**11** cidades  
MARCO LEGAL DE SAN

**10** cidades  
ADESÃO AO SISAN

**8** cidades  
CONFERÊNCIA DE SAN RECENTE

**5** cidades  
PLANO DE SAN

<sup>1</sup> <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/bolsafamilia/index.html>

<sup>2</sup> Confira Glossário para siglas utilizadas a seguir.

<sup>3</sup> Confira em <https://dados.gov.br/dataset/mapeamento-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Ao fazermos o recorte populacional das cidades, nos 6 grupos acima identificados, encontramos que quanto maior a cidade, maior a presença de Conselhos e CAISAN instalados, e aparentemente é também maior o interesse em aderir ao SISAN, ainda que a capacidade de realização de Conferências diminua.

	Faixa de população (hab)			
	Até 100k	100 k a 600 k	600 k a 1 M	Maior que 1 M
Conselho de SAN	2	11	3	2
Câmara Intersecretarias CAISAN	2	6	3	1
Margos Legal SAN	1	6	3	1
Adesão ao SISAN	1	5	3	1
Conferência SAN (pós 2018)	1	5	1	1
Plano SAN autônomo	0	3	1	1
<b>Total Cidades</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

### LUPPA 1ª EDIÇÃO: 23 CIDADES

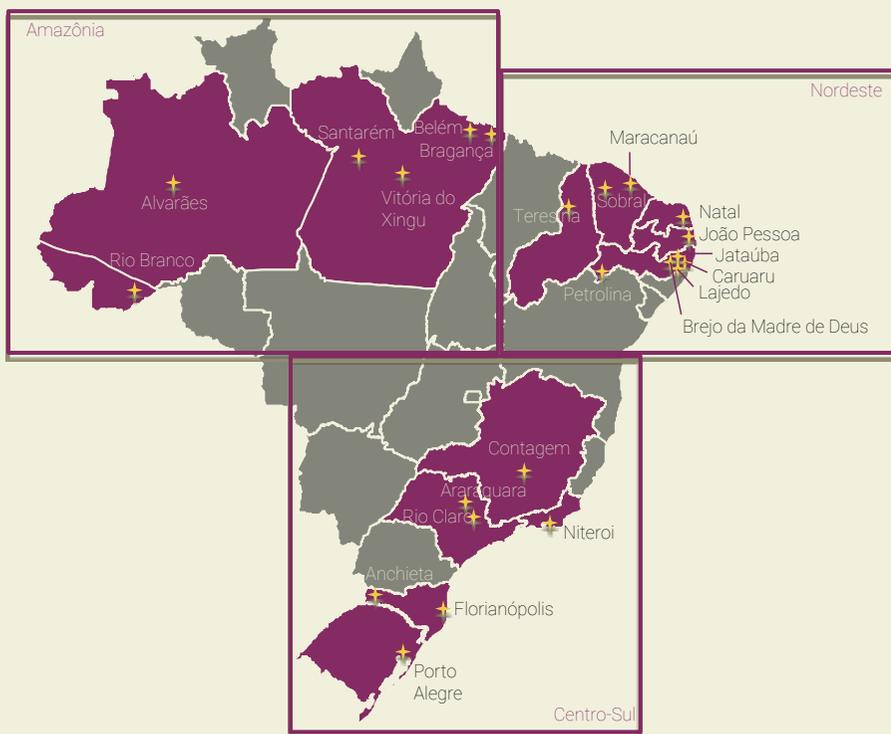


### LUPPA 1ª EDIÇÃO: SITUAÇÃO CIDADES MENORES QUE 1 MILHÃO HAB.



Fonte: IBGE, Respostas das cidades:  
Questionário LUPPA.

Ao fazermos o recorte regional das cidades, utilizando as 3 macrorregiões econômicas - ou regiões geoeconômicas - do Brasil segundo o IBGE (Nordeste, Amazônia e Centro-Sul), encontramos que as cidades das regiões Nordeste e Amazônia praticamente acompanham a tendência da totalidade do grupo, sendo que na região Centro-Sul há uma presença maior de cidades com estruturas como Conselho de SAN, CAISAN e marco legal de SAN, assim como maior adesão ao SISAN. O grupo de cidades da Amazônia apresenta, proporcionalmente, um cenário mais consolidado de estruturas de governança quando comparado ao grupo do Nordeste. Já a realização de Conferências de SAN destaca-se muito mais nas cidades do Centro-Sul que nas demais regiões.



	Macrorregião		
	Amazônia	Nordeste	Centro Sul
Conselho de SAN	5	6	7
Câmara Intersecretarias CAISAN	3	3	6
Margem Legal SAN	3	3	5
Adesão ao SISAN	3	3	4
Conferência SAN (pós 2018)	1	2	5
Plano SAN autônomo	0	1	3
<b>Total Cidades</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>7</b>

### LUPPA 1ª EDIÇÃO: SITUAÇÃO POR MACRORREGIÃO



Fonte: IBGE, Respostas das cidades:  
Questionário LUPPA.

Ao se candidatarem, as cidades identificaram ainda, dentro de uma lista de 22 itens, quais aqueles que correspondiam a programas em que tinham interesse em implementar ou fortalecer no curto prazo. As opções eram:

- 1** Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar
- 2** Alimentação escolar durante aulas suspensas: entregas de kits contendo itens da produção familiar
- 3** Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados
- 4** Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha
- 5** Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas
- 6** Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais
- 7** Hortas escolares
- 8** Hortas comunitárias
- 9** Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana
- 10** Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana
- 11** Assistência técnica aos produtores familiares do município
- 12** Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município
- 13** Valorização da produção de alimentos nativos da região
- 14** Feiras livres de alimentos frescos ou artesanais
- 15** Feiras livres de alimentos orgânicos ou agroecológicos
- 16** Feiras livres de produtores rurais da região
- 17** Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais
- 18** Combate à perda e desperdício de alimentos
- 19** Compostagem de resíduos orgânicos
- 20** Banco de alimentos
- 21** Cozinhas comunitárias
- 22** Restaurante popular

Ressaltamos que as informações analisadas foram extraídas das respostas apresentadas pelo município na realização de sua candidatura. Tendo isso em conta, vejamos os elementos mais importantes.

Os campeões de interesse foram os programas de compostagem, educação alimentar e nutricional, e hortas comunitárias e escolares. Quando feito o recorte do tamanho populacional, encontramos algumas diferenças interessantes, por exemplo:

- Há um alto interesse por cozinhas comunitárias e restaurantes populares, assim como por valorização de alimentos nativos e combate à perda e desperdícios de alimentos, em cidades intermediárias, o que não se repete nas demais cidades.
- Nas cidades acima de 1 milhão de habitantes há um destacado interesse em transição agroecológica e incentivo à agricultura urbana.
- A implementação da redução de carne vermelha nos programas de alimentação, que não é muito relevante para as cidades menores, ganha peso conforme se passa para o exame das respostas das cidades de maior porte.
- Os dois itens que parecem despertar menos interesse nas cidades participantes - ao menos no início do projeto - foram mercados e feiras livres de produtos locais. Ao final da 1ª edição, em setembro de 2022, esse questionário será novamente aplicado para verificar a diferença de perspectivas e interesses antes e depois da participação no projeto.

## PROGRAMAS DE INTERESSE POR TAMANHO POPULACIONAL

ordem do número de menções

Tema	Todas	Tamanho			
		ate 100k	100k a 600k	600k a 1 M	Maior 1M
Compostagem de resíduos orgânicos	1	5	1	1	1
Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais	2	2	1	5	6
Hortas comunitárias	2	2	1	5	6
Hortas escolares	2	1	6	5	6
Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana	5	2	12	5	1
Combate à perda e desperdício de alimentos	5	9	6	1	1
Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados	7	5	6	5	6
Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana	7	5	12	5	1
Valorização da produção de alimentos nativos da região	7	9	6	1	6
Assistência técnica aos produtores familiares do município	10	5	12	5	6
Cozinhas comunitárias	10	19	1	1	6
Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município	12	9	12	18	1
Feiras livres de alimentos orgânicos ou agroecológicos	12	9	12	5	6
Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas	12	16	6	5	6
Restaurante popular	12	19	1	5	6
Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar	16	9	18	5	6
Banco de alimentos	17	19	6	5	22
Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha	17	19	12	5	6
Feiras livres de alimentos frescos ou artesanais	17	9	18	18	6
Alimentação escolar durante aulas suspensas: entregas de kits contendo itens da produção familiar	20	9	18	22	6
Feiras livres de produtores rurais da região	20	16	18	18	6
Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais	20	16	18	18	6

Conforme indicado na candidatura / formulário de inscrição LUPPA (respostas em múltipla escolha)

Quando feito o recorte da região, encontramos algumas diferenças interessantes, por exemplo:

- Programas voltados à valorização da produção de alimentos nativos da região são o principal interesse das cidades do Centro-Sul, e de baixo interesse para as cidades da Amazônia - ao menos no momento de adesão ao LUPPA.
- Nas cidades da Amazônia, no entanto, apesar de indicarem um forte interesse por bancos de mudas e sementes para a agricultura urbana, parece haver bem menor interesse pelos programas de hortas comunitárias, ao contrário de hortas escolares, que são mais bem apreciadas.
- Uma outra diferença de tendência com relação à totalidade do grupo, é que as cidades da Amazônia têm mais interesse por feiras livres convencionais do que por feiras de alimentos orgânicos ou agroecológicos, numa ordem inversa de interesse quando avaliado o grupo total de cidades.
- Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar e restaurantes populares são mais requisitados pelas cidades do Centro-Sul do que pelas outras regiões, e a proibição de venda de bebida açucarada nas escolas recebe um valor bem maior em cidades da Amazonia e do Centro-Sul do que em cidades do Nordeste.

## PROGRAMAS DE INTERESSE POR MACRORREGIÃO

ordem do número de menções

Tema	Todas	Grande região		
		Amazônia	Centro-Sul	Nordeste
Compostagem de resíduos orgânicos	1	5	1	3
Educação alimentar e nutricional contendo aspectos culturais	2	2	3	5
Hortas comunitárias	2	14	4	1
Hortas escolares	2	5	4	2
Banco de mudas e/ou sementes para a agricultura urbana e periurbana	5	1	4	9
Combate à perda e desperdício de alimentos	5	5	4	3
Cardápio da alimentação escolar com redução de ultraprocessados	7	2	4	9
Incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana	7	2	13	5
Valorização da produção de alimentos nativos da região	7	14	1	9
Assistência técnica aos produtores familiares do município	10	5	13	5
Cozinhas comunitárias	10	5	13	5
Assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município	12	5	13	9
Feiras livres de alimentos orgânicos ou agroecológicos	12	14	4	9
Proibição de venda de bebidas açucaradas nas escolas	12	5	4	16
Restaurante popular	12	14	4	9
Compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar	16	14	4	16
Banco de alimentos	17	14	19	9
Cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha	17	14	13	16
Feiras livres de alimentos frescos ou artesanais	17	5	13	21
Alimentação escolar durante aulas suspensas: entregas de kits contendo itens da produção familiar	20	5	19	21
Feiras livres de produtores rurais da região	20	14	19	16
Mercado municipal de produtos frescos ou artesanais locais	20	14	19	16

Conforme indicado na candidatura / formulário de inscrição LUPPA (respostas em múltipla escolha)



**DETALHANDO  
AS ATIVIDADES  
DO 1º LUPPA LAB**







Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

“

ESTOU MUITO EMOCIONADA COM TODOS ESSES DEPOIMENTOS E COM ESSA POTÊNCIA QUE ESTAMOS VIVENCIANDO AQUI NESTA MANHÃ. E UMA COISA ME CHAMOU A ATENÇÃO: UM FÓRUM DE MULHERES! MULHERES DE TODAS AS RAÇAS, CORES, DE TODAS AS PROFISSÕES REUNIDAS EM TORNO DE UM TEMA TÃO IMPORTANTE COMO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E PARA A SAÚDE. OUTRA FALA QUE ME CHAMOU A ATENÇÃO FOI A DE UMA AGRICULTORA DE SANTA CATARINA, DE UMA COOPERATIVA, QUE DISSE QUE ALI É A CAPITAL NACIONAL DAS SEMENTES CRIOLAS. A SEMENTE É A ORIGEM DE TUDO. PARA PENSAR EM UM SISTEMA ALIMENTAR RESILIENTE E SUSTENTÁVEL, É PRECISO RESGATAR A SEMENTE, É PRECISO RESGATAR O SABER DOS POVOS

”

**CIDA MIRANDA**

representante da prefeitura Contagem - MG

## A PARTIR DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2021, CADA OFICINA (SEMPRE NO FORMATO VIRTUAL) SEGUIU O SEGUINTE DESENHO:

abertura com uma fala  
de inspiração;

resgate da oficina  
anterior a partir da  
facilitação gráfica;

dinâmica de grupos  
paralelos para  
atividade da jornada  
metodológica com  
ensinamentos  
sobre mapeamento  
sistêmico;

chamada para o  
debate com uma fala  
introdutória sobre  
a temática central  
dada por uma/  
um especialista  
convidada/o;

dinâmica de grupos  
paralelos para troca de  
experiências acerca da  
temática central;

colheita em plenária,  
com todos na mesma  
sala, sobre os pontos  
mais relevantes das  
trocas.

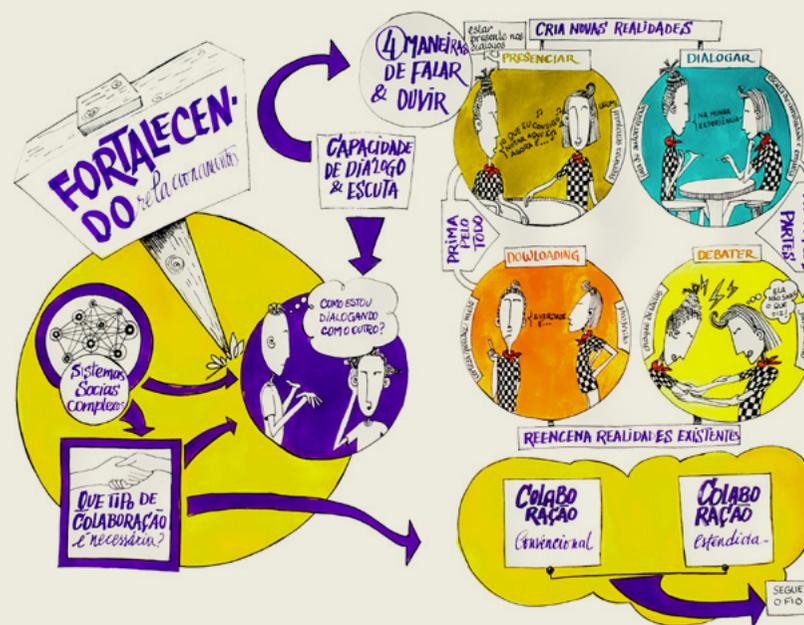


## DIA #1

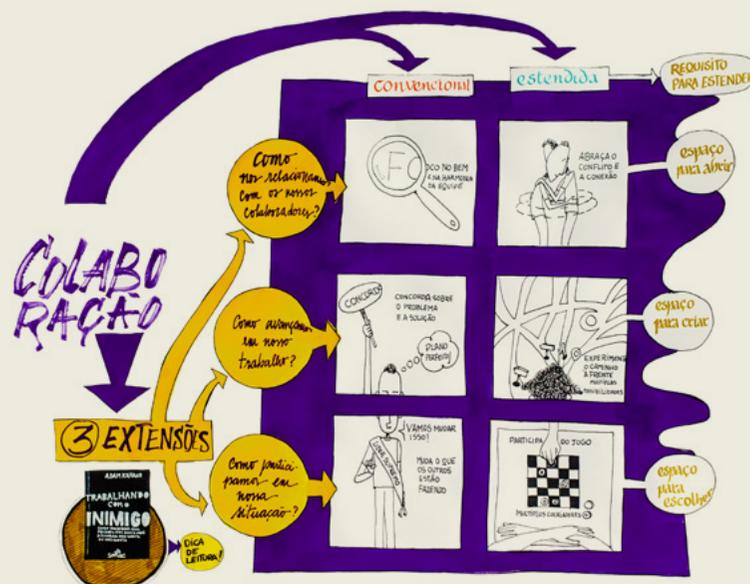
Na primeira oficina conversamos sobre fomento à produção local diversificada de alimentos. Usamos esse momento para trocar experiências sobre compras públicas, equipamentos multifuncionais de abastecimento e segurança alimentar, feiras e possibilidades da economia solidária.

Nossa agenda se iniciou com uma Pílula de Inspiração em que recebemos a Chef Teresa Corção, designer e fundadora do Instituto Maniva, ONG pioneira em trabalhar a gastronomia como instrumento de transformação social.

Em nossa jornada metodológica, trabalhamos os mecanismos de colaboração estendida e iniciamos a compreensão das técnicas necessárias para promover mudanças em sistemas sociais complexos.

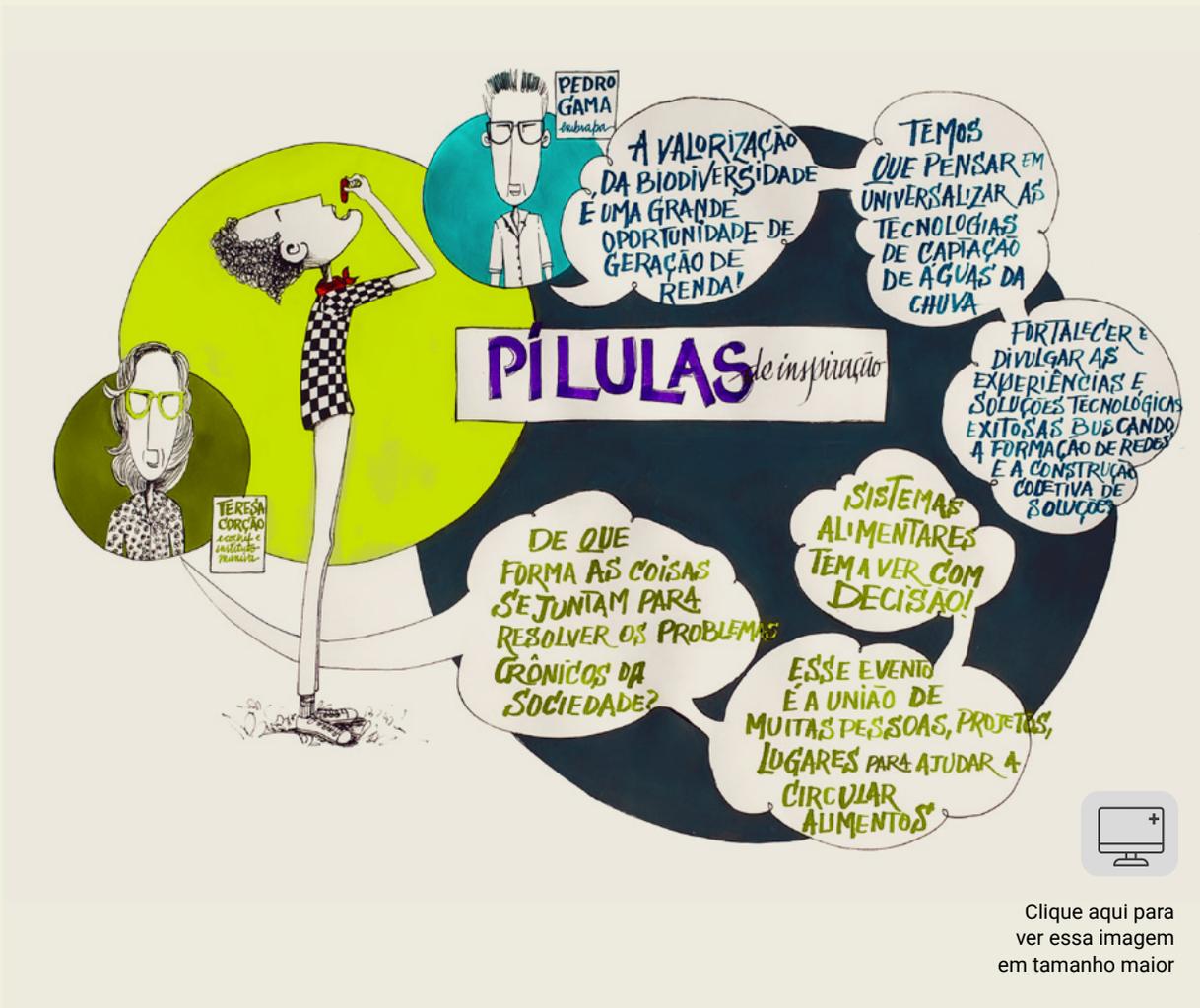


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

E debatemos sobre como governos municipais podem fomentar uma produção local e diversificada de alimentos. Para fazer a Chamada para o Debate, recebemos Pedro Gama, pesquisador da Embrapa Semiárido, em Petrolina-PE.



“

O APRENDIZADO QUE LEVO É QUE, APESAR DE SERMOS UM PAÍS CONTINENTAL, OS PROBLEMAS QUE NOS AFETAM AQUI, TAMBÉM AFETAM OUTROS LUGARES. APRENDEMOS HOJE A RESGATAR O SENTIMENTO DO QUE É ESTAR NA PELE DO OUTRO E ENTENDER DE QUE FORMAS PODEMOS ESTAR CONSTRUINDO PARA RESOLVER PROBLEMAS. A TROCA É MUITO IMPORTANTE, SAIO MAIS FORTALECIDO

”

**OSCAR PELLICOLI**

representante da prefeitura  
de Porto Alegre - RS

Clique aqui para  
ver essa imagem  
em tamanho maior

## DIA #2

Na segunda oficina trabalhamos o conceito de mapeamento sistêmico e discutimos como o poder público municipal pode ajudar a fortalecer a produção local diversificada de alimentos por meio de programas de assistência técnica, capacitação em boas práticas e apoio à transição agroecológica, levando em conta experiências de agricultura e pecuária familiar, pesca artesanal e agricultura de comunidades tradicionais.

Para trazer uma Pílula de Inspiração convidamos Ana Cláudia Torres, integrante do Grupo de Pesquisa em Territorialidades e Governança Socioambiental na Amazônia e Coordenadora do Programa de Manejo e Pesca do Instituto Mamirauá para falar sobre a experiência com o pirarucu de manejo e como isso impactou a comunidade e o território.

A Chamada para o Debate foi feita pelo geógrafo Arpad Spalding, coordenador de projetos do instituto Kairós e integrante do grupo executivo do protocolo de transição agroecológica do Estado de São Paulo.

**PILULAS de inspiração**

**ANA CLÁUDIA TORRES**  
Instituto Mamirauá

**ARPAD SPALDING**  
Instituto Kairós

“O QUE MAIS NOS ORGULHA É QUE UMA EXPERIÊNCIA QUE COMEÇOU TÃO PEQUENA, HOJE ESTÁ PRESENTE EM TORNOS OS ESTADOS DA REGIÃO NORTE E ATE EM OUTROS PAÍSES!”

“COMO SERES HUMANOS SOMOS CAPAZES DE MUDAR NOSSA REALIDADE!”

“A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROJETOS DE SISTEMAS ALIMENTARES É IMPORTANTE EM TERMOS ORGANIZACIONAIS E DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS!”

“O MAIOR DESAFIO FOI SAIR DE UM CENÁRIO DE ESCASSEZ DO PIRARUCU PARA UMA SUPERPOPULAÇÃO 22 ANOS DEPOIS!”

“PENSAR EM DESENVOLVIMENTO COM BOMAS SAÍDAS E PRODUTOS ALTERNATIVOS COM QUALIDADE!”

“É IMPORTANTE E POSSÍVEL COMPARTILHAR ESSA METODOLOGIA DE PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA!”

“TODAS AS CRIANÇAS QUE NÃO SÃO EXCLUSIVAMENTE RURAIS, TEM O DESAFIO DE LIDAR COM A ZONA RURAL, QUE TEM O PAPEL IMPORTANTE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, E A MELHOR FORMA DE DESENVOLVER ESSE EMPÍO É COM A AGRICULTURA E A AGRICULTURA ORGÂNICA!”

“O AGRICULTOR NORMAL TEM MUITA DIFICULDADE E RECEIO DE FAZER O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA!”

“É IMPORTANTE CRIAR CENÁRIOS DE PRODUTOS QUE ESTEJAM DE ACORDO COM O QUE ESTÁ SENDO PRODUZIDO!”

“QUANDO VÓCE DÁ UM CERTIFICADO DE PRODUTO EM TRANSIÇÃO, É POSSÍVEL, ATRAVÉS DE LEIS, RECONHECER ESSE AGRICULTOR E DAR ESPAÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA ELE.”

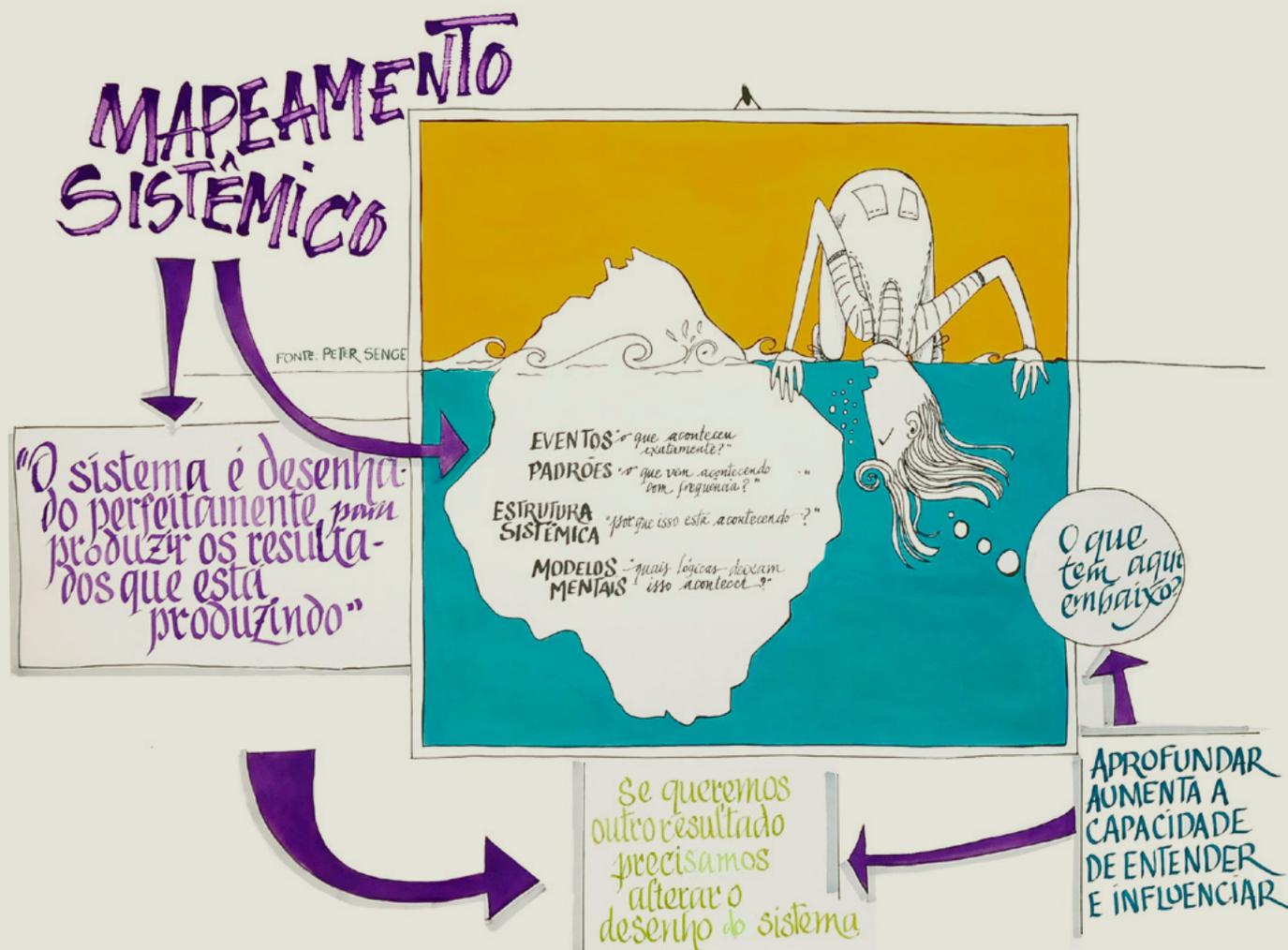
“A GENTE NÃO CONSEGUE AVANÇAR NESTA TEMÁTICA SOZINHO, A GENTE PRECISA FORMAR UMA REDE DE PARCEIROS!”

“É IMPORTANTE TER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE APOIEM ESSE AGRICULTOR EM TRANSIÇÃO!”

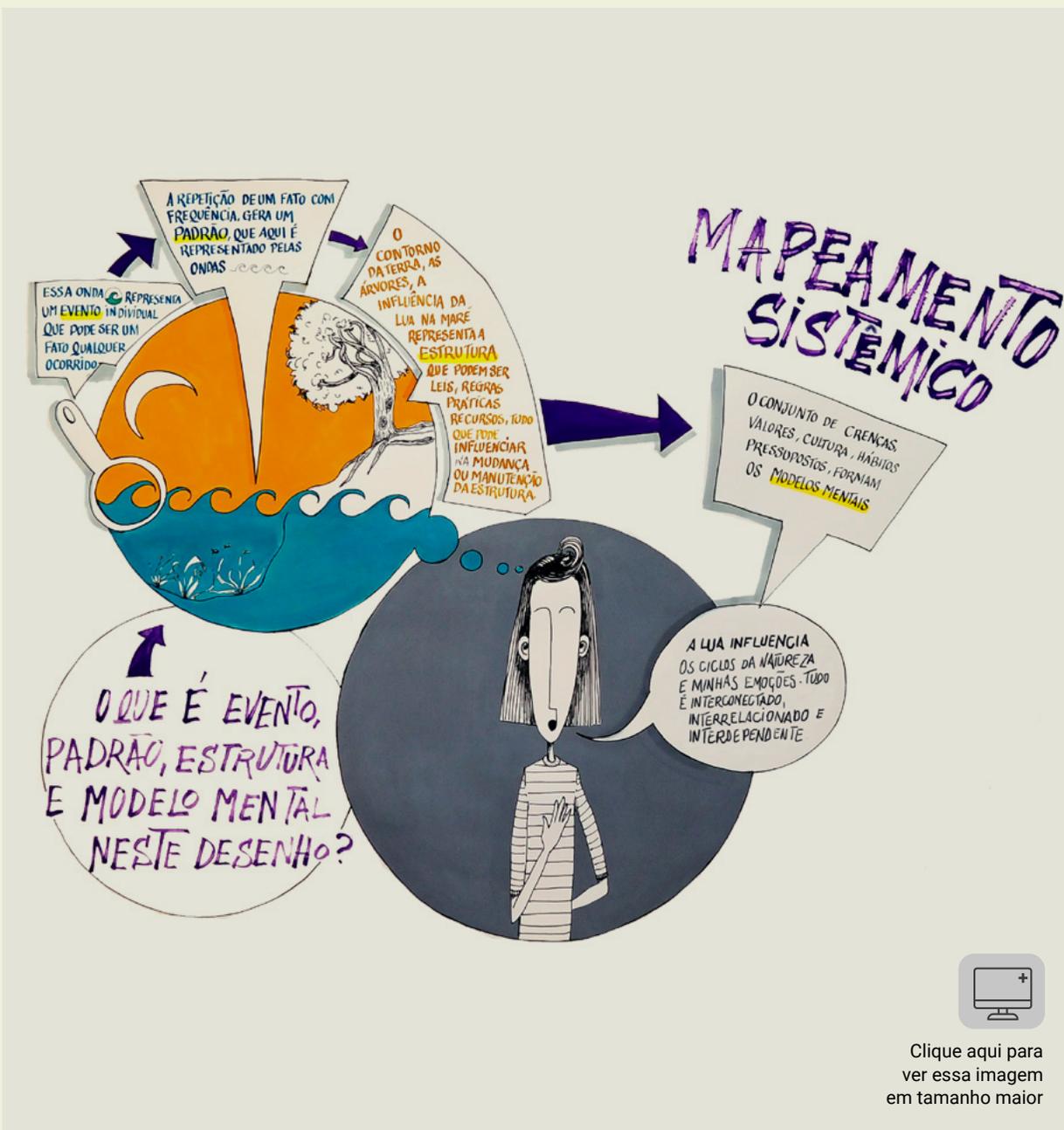


Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Nossa jornada metodológica começou com as bases do mapeamento sistêmico: a compreensão do que são estruturas e modelos mentais, padrões e eventos. E então identificamos as estruturas e modelos mentais que, segundo nossos participantes, mantêm ou pioram a situação atual dos sistemas alimentares municipais, e aquelas que contribuem para a sua melhoria ou transformação. Sempre tendo como visão sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



“

OBSERVAR A REAL ESTRUTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR É DE SUMA IMPORTÂNCIA, POIS ASSIM PODEREMOS TRAÇAR MELHOR UM PLANEJAMENTO BASEADO NO DIÁLOGO ENTRE O GOVERNO, SOCIEDADE CIVIL E OS AGRICULTORES, VISANDO APROVEITAR O MÁXIMO DOS PRODUTOS PRODUZIDOS. DESSA OFICINA FICA A APRENDIZAGEM DE ENTENDER O TODO E NÃO SOMENTE O QUE SE ESTÁ À VISTA

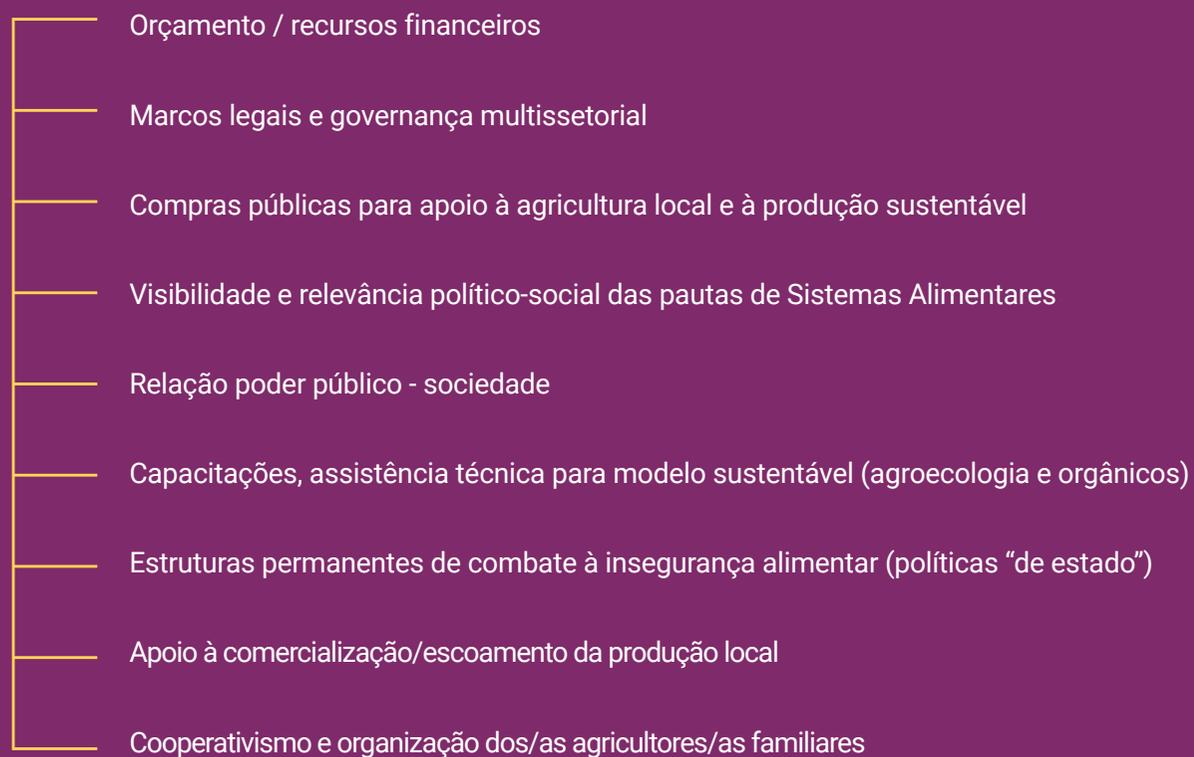
”

**PAULO CESAR MONTEIRO**

representante da sociedade civil de Maracanaú - CE

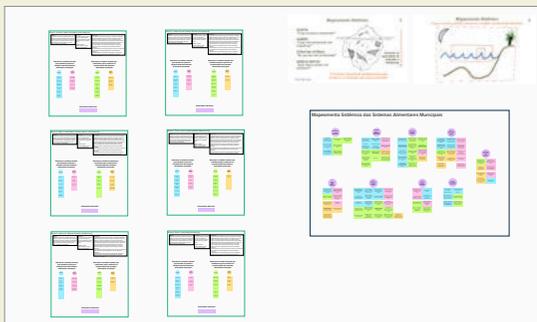
## DIA #3

Nossa terceira oficina foi dedicada a aprofundar o levantamento das questões apontadas no mapeamento sistêmico da oficina anterior. Consolidamos esses apontamentos, identificamos as convergências, e assim, definimos os agrupamentos ou categorias principais desses modelos mentais e estruturas indicados:

- 
- Orçamento / recursos financeiros
  - Marcos legais e governança multissetorial
  - Compras públicas para apoio à agricultura local e à produção sustentável
  - Visibilidade e relevância político-social das pautas de Sistemas Alimentares
  - Relação poder público - sociedade
  - Capacitações, assistência técnica para modelo sustentável (agroecologia e orgânicos)
  - Estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar (políticas "de estado")
  - Apoio à comercialização/escoamento da produção local
  - Cooperativismo e organização dos/as agricultores/as familiares



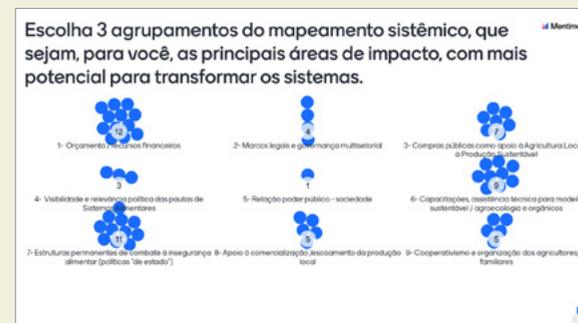
Clique aqui para  
ver essa imagem  
em tamanho maior



Passamos então ao exercício de priorizar áreas de mais impacto para a transformação dos sistemas alimentares municipais, para definir quais delas, se investirmos ou colocarmos esforço, energia e recursos, proporcionarão um impacto maior na transformação do sistema. Da lista acima, foram selecionadas 3 categorias prioritárias, nesta ordem: orçamento e recursos financeiros, estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar, e capacitação e assistência técnica para modelo sustentável.



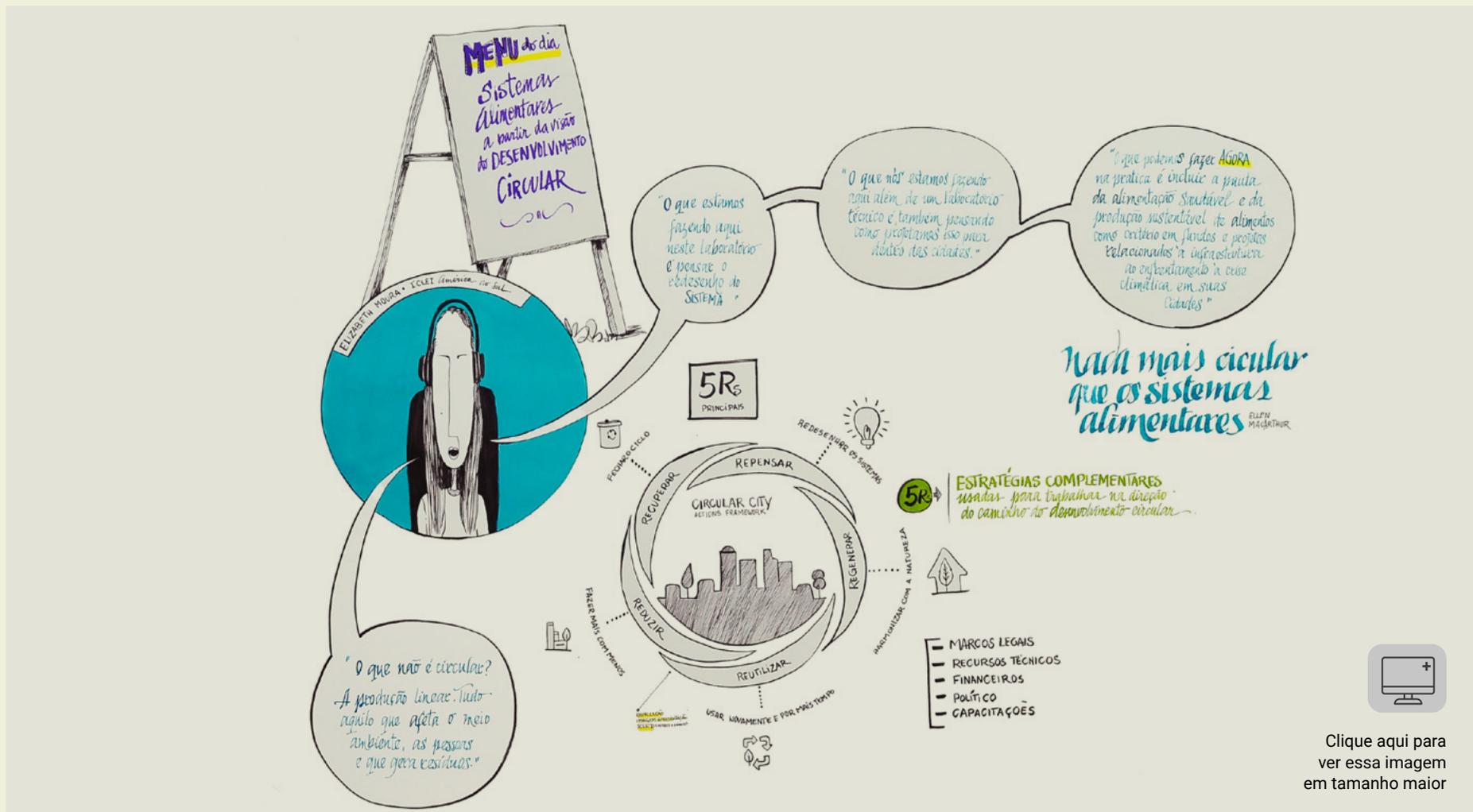
Clique aqui para  
ver essa imagem  
em tamanho maior



Na nossa jornada temática, dedicamo-nos ao desenvolvimento circular, e conversamos sobre o papel do poder público municipal para ajudar a fortalecer as iniciativas de circularidade como a compostagem, gestão de resíduos sólidos, o combate ao desperdício de alimentos, a forma com que se pode incidir na cadeia de produção e consumo, entre outros.

A Chamada para o debate teve como tema: “Como governos municipais podem incluir a circularidade nos seus sistemas alimentares?” e foi conduzida por Elizabeth Moura, Coordenadora Regional de Desenvolvimento Circular do ICLEI América do Sul.

Para compartilhar sua experiência e trazer uma Pílula de Inspiração, convidamos a prefeitura de Santiago, no Rio Grande do Sul, para nos contar sobre o projeto Pila Verde, uma iniciativa da prefeitura que conecta diversos elos da cadeia alimentar do município. Lá, cada 5 kg de lixo orgânico que moradores entregam para coleta em pontos específicos viram um vale crédito de 1 “pila verde”, que é utilizado com valor equivalente a 1 real nas compras em feiras da agricultura familiar do município.

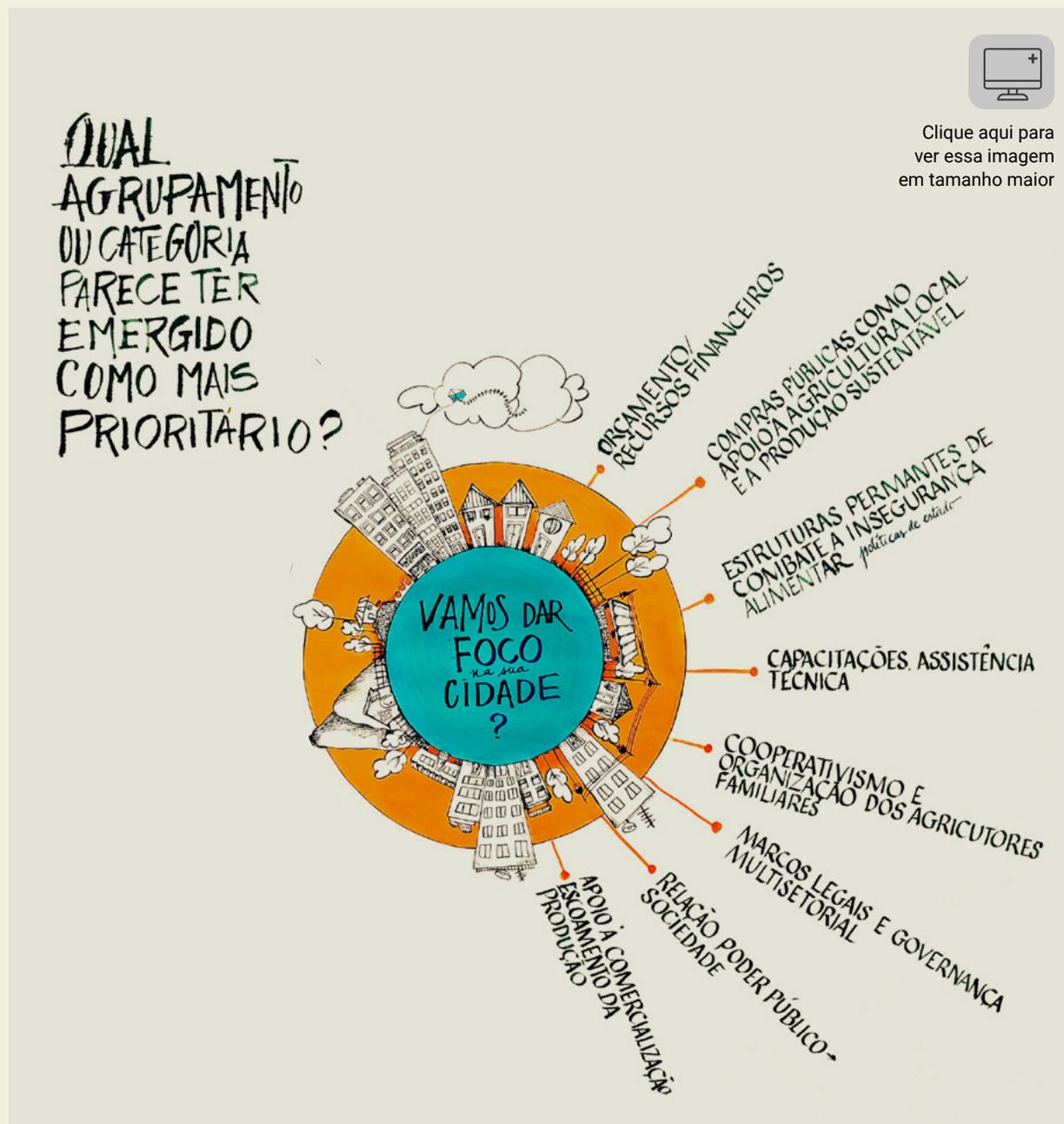




## DIA #4

Nossa quarta oficina foi sobre resiliência climática e a produção local de alimentos, e refletimos sobre o papel do poder público municipal para mitigar a vulnerabilidade que produtoras e produtores de alimentos enfrentam no território, em razão das adversidades climáticas cada vez mais presentes.

Em nossa jornada metodológica, partimos para a identificação, por cada cidade, das áreas de mais impacto para a transformação de seu sistema alimentar, refinando a dinâmica realizada na oficina anterior. Introduzimos o racional de que a definição dessa ou dessas áreas principais era uma condição para elaborar um projeto ou ação de impacto - ou identificar uma ação ou projeto já existente - que pudesse catalisar a mudança necessária.



Para nos trazer uma Pílula de Inspiração convidamos Márcio Macedo Costa, do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, com foco em operações de financiamento de restauração florestal. E a Chamada para o Debate foi feita por Maitê Maronhas, ex-assessora da Articulação Semiárido Brasileiro para o P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) e para o programa Sementes do Semiárido.

Debatemos também sobre de que modo influenciar o consumo e gerar demanda por alimentos locais e mais resilientes podem ser igualmente uma estratégia de segurança alimentar.

Participaram das exposições nos grupos paralelos de debate, as experiências do Instituto Socioambiental (ISA) sobre o projeto Cantina Terras do Meio que busca fortalecer as cadeias produtivas da floresta nas terras indígenas e reservas extrativistas do médio Xingu; do Projeto Mão na Jaca, um coletivo

**PÍLULAS**  
de inspiração

**MÁRCIO MACEDO COSTA - BNDES**

nos candidatamos como cidade mentora no LUPPA para fazer essa troca de experiências com as cidades, para crescermos juntos, sempre com o objetivo de vencer esses desafios que nós enfrentamos no dia a dia e para facilitar o acesso da população à alimentação saudável.

ressalto a importância de manter esses relacionamentos entre as cidades e participar ativamente no LUPPA.

esperamos conseguir passar nossa experiência, mas também aprender com vocês.

Quando se fala de políticas públicas alimentares vamos para um nível de importância e relevância gigantesco.

posso imaginar que existem demandas de equipamentos, infraestrutura, capacitação, coisas relacionadas a energia, transporte, apoio ao produtor, informação ao consumidor, são tantas coisas diferentes.

a LUPPA está no caminho certo em apontar e fazer a integração destes temas. O BNDES trabalha sob demanda e estamos aqui para atender elas.

**MAITÉ MARONHAS - PREFEITURA CURITIBA**

a demanda dos municípios e dos estados é que pode fazer com que instituições como o BNDES, na sua prática de contratação possa arquitetar, estruturar formas de apoio seja usando recursos reembolsáveis de crédito ou não reembolsáveis através de fundos de apoio.

essa é a mensagem PRINCIPAL

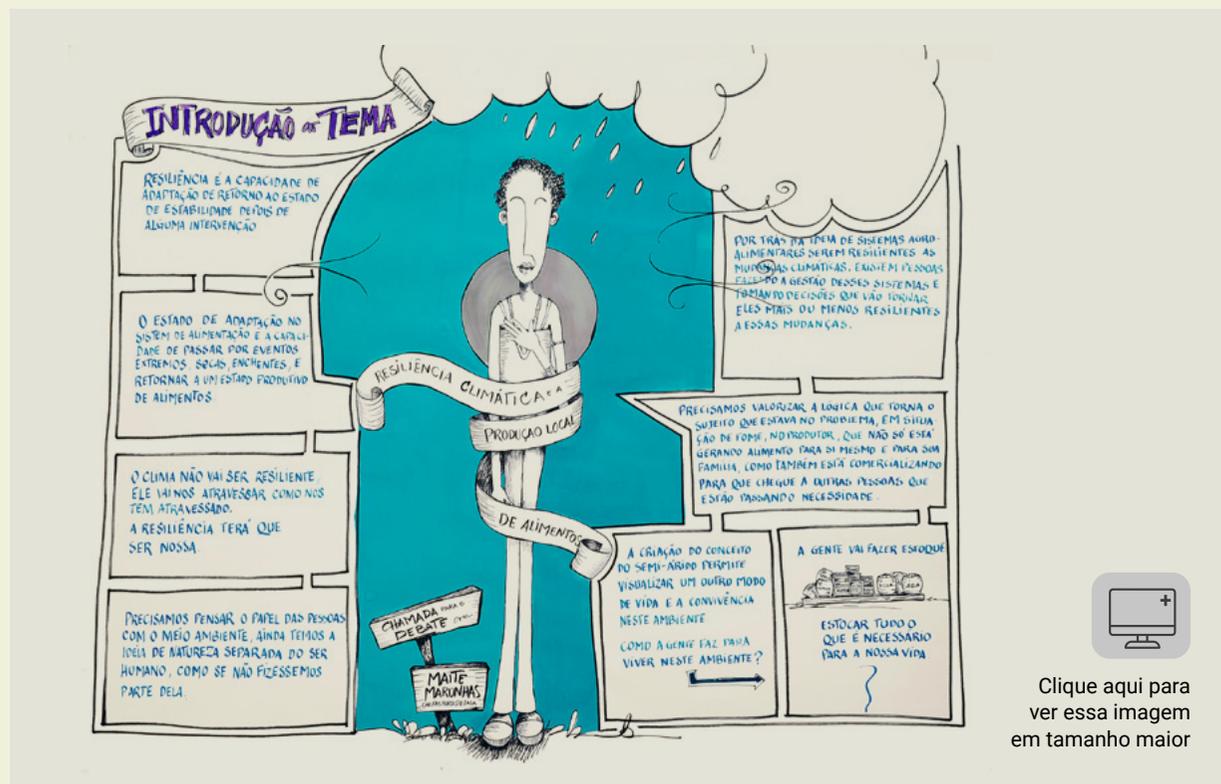
DEMADEM o BNDES, façam com que essas necessidades dos municípios ou dos produtores sejam trazidas para que possamos ajudar a estruturar.

[Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior](#)



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

que trabalha o aproveitamento integral da jaca e a utilização das jaqueiras naturais da paisagem carioca para a segurança alimentar e nutricional da população; da agricultora Josélia Inácio, sobre sua experiência de produção familiar sustentável e resiliente ao clima no semiárido pernambucano; de Anchieta, sobre sua Política de proteção e resgate de sementes crioulas; de Bragança, sobre o projeto de viveiro de árvores frutíferas nativas da região; e de Teresina, sobre o Projeto Mulheres pelo Clima.



A OFICINA FOI MUITO RICA. VAMOS AMPLIANDO CADA VEZ MAIS ESSA TROCA DE SABERES. ISSO É MUITO POSITIVO PARA O TRABALHO PROPOSTO E DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS. PERCEBEMOS A IMPORTÂNCIA DE AGREGAR OS CONHECIMENTOS POPULARES, AQUELES QUE SÃO CARREGADOS DENTRO DAS FAMÍLIAS E TRADIÇÕES, AOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS



**EMÍDIO SILVA**

representante da prefeitura de Sobral - CE

## DIA #5

Nossa quinta oficina foi sobre agricultura urbana, hortas comunitárias e hortas escolares no desenho dos sistemas alimentares locais.

A jornada temática - onde estimulamos a troca de experiências entre as cidades do LUPPA - teve como foco o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana, e debatemos o papel do poder público municipal no fortalecimento das iniciativas de agricultura dentro da cidade.

Para compartilhar sua experiência e trazer uma Pílula de Inspiração, convidamos a prefeitura de Rio Branco para nos contar sobre o apoio municipal à agricultura urbana, e ouvimos uma fala inspiradora do Prefeito da cidade, que destacou a importância das hortas comunitárias e escolares para o desenho da cidade, tanto do ponto de vista da recuperação de áreas degradadas quanto como ferramenta pedagógica, ou seja, como parte do projeto de segurança alimentar.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

A Chamada para o Debate foi feita por Daniela Adil, coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!, vinculado ao Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais, e ex-Diretora de Fomento em Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Abastecimento, da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte.

**Chamada para o debate com**

**DANIELA ALMEIDA - UFMG**

A agricultura urbana tem importância central na organização dos sistemas alimentares urbanos locais.

ELA APROXIMA A POPULAÇÃO URBANA DO ALIMENTO, UMA CONEXÃO COM A CIDADE DE VERDADE

CONTINUA EM CONTEXTOS URBANOS TEM CONEXÃO COM AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIDA URBANA. PRODUIZ ALIMENTOS, NÓS TEMOS INTERFACES COM A DINÂMICA AMBIENTAL DO LOCAL.

A VILTA DOS PASSAROS  
RECICLAGEM DO LIXO

QUE PROMOVE POSSIBILIDADES DE ENCONTROS, PODE TAMBÉM SER VISTO COMO RENDA INDIRETA, ESSA ECONOMIA INVISÍVEL QUE PRECISA SER VISIBILIZADA!

TEM TODA UMA NOVA ONDA DE JUVENTUDE QUE REINVENTAM O DIREITO DE CONSTRUIR E RECONSTRUIR, PENSAR OUTRAS CIDADES OCUPANDO OS ESPAÇOS CENTRAIS DAS PERIFÉRIAS.

AS PESSOAS PLANTAM, CULTIVAM, PESCAM POR DIFERENTES MOTIVOS. É IMPORTANTE RECONHECER ESSA DIVERSIDADE NA HORA DE DESENHAR POLÍTICAS PÚBLICAS. PRECISAMOS ABRIR DIÁLOGOS PARA QUALIFICAR OS DESENHOS E A METODOLOGIA DA POLÍTICA PARA ATENDER ESSES DIFERENTES INTERESSES.

NA QUESTÃO CULTURAL A ATIVIDADE AGRÍCOLA URBANA ESTÁ CONECTADA COM A CIDADE DESDE A SUA ORIGEM. SÃO EXPRESSÕES QUE JÁ ESTAVAM ANTES DA CHEGADA DELA E QUE SE INTEGRAM NESTA DINÂMICA.

**desenvolvemos dois conceitos para isso:**

- △ UNIDADES PRODUTIVAS DA AGRICULTURA URBANA
- SISTEMAS AGROECOLÓGICOS

**10 pontos importantes**

1. ACESSO À TERRA
2. ÁGUA E LUZ
3. CICLO DE RESÍDUOS
4. INFRAESTRUTURA
5. ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO
6. ACESSORIA TÉCNICA
7. FACILITAÇÃO DE ESPAÇOS
8. QUESTÕES NORMATIVAS
9. ORÇAMENTO
10. ESPAÇO DE CONTROLE SOCIAL



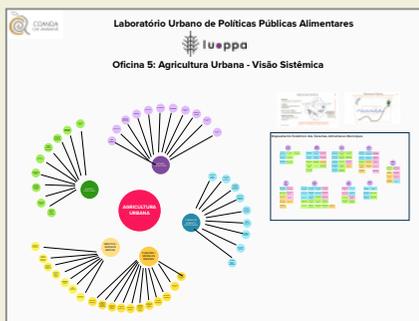
Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

As exposições nos grupos paralelos de debate foram conduzidas pelas 3 cidades mentoras, Recife, Curitiba e Belo Horizonte, que compartilharam seus programas de suporte à agricultura urbana de base agroecológica.

Durante a oficina, aproveitamos o exemplo da agricultura urbana, um tema de competência municipal e grande complexidade, para evidenciar como um programa ou área de atuação do poder público municipal pode ter a alimentação saudável e sustentável como foco e se abrir para infinitas possibilidades de funções, impactos e abordagens. Analisamos também quais destes aspectos correspondem a estruturas e quais correspondem a modelos mentais, e assim visualizamos melhor essa mandala de opções que nos traz o investimento público em agricultura urbana.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior



“

FOI UNÂNIME A CITAÇÃO DO PNAE E A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DESSA POLÍTICA. OUTRA QUESTÃO COLOCADA FOI A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS, QUE É UMA INICIATIVA MUITO FORTE E PODEROSA PARA EVITAR DESPERDÍCIOS

”

**ROBERLÂNDIA DA SILVA**

representante da prefeitura de Caruaru - PE

Na nossa jornada metodológica, seguimos com a evolução do mapeamento dos sistemas alimentares municipais e suas alavancas de transformação, convidando todos os participantes a debaterem sobre a seguinte questão: “Qual projeto, iniciativa ou ação teria o maior impacto na transformação do sistema alimentar municipal da sua cidade, a fim de que este fosse mais justo, saudável e sustentável? Pode ser uma iniciativa nova, ou uma já existente que mereça ser fortalecida, para ser mais colaborativa e incluir abordagem sistêmica.”



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

## DIA #6

Nossa sexta oficina foi sobre educação alimentar e nutricional, tema bastante afeto às áreas de saúde e educação, mas também a todas as áreas e programas que trabalhem e fomentem a alimentação saudável e sustentável, com foco não apenas no momento presente, mas no futuro da alimentação de todas as cidadãs e cidadãos.

Em nossa jornada metodológica, continuamos a trabalhar com o mapeamento dos sistemas alimentares municipais e suas alavancas de transformação. A novidade dessa oficina foi o compartilhamento de uma ferramenta desenvolvida pelo LUPPA<sup>4</sup>, para a construção de uma rota para o planejamento dos sistemas alimentares municipais, propondo a revisão e avanço no desenho do projeto ou iniciativa de maior impacto na transformação do sistema alimentar de cada cidade, identificado na oficina anterior.

**ROTA** de planejamento alimentar

VAMOS CONSOLIDAR TUDO O QUE VIMOS ATÉ AQUI EM UM PLANO EM UM PROJETO

**CONCRETIZAR** A AÇÃO QUE PODE GERAR O MAIOR IMPACTO SISTÊMICO PARA ALAVANCAR OUTRAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS

ESSE DOCUMENTO + A PLANILHA DE DIAGNÓSTICO É UMA **BAGAGEM DE FERRAMENTAS** QUE SERÁ UTILIZADA AGORA E TAMBÉM PARA O PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS MUNICÍPIOS

PARA ISSO APRESENTAMOS UM MODELO QUE PODE SER ADAPTADO PARA CADA CIDADE

ele foi pensado para trabalhar em conjunto

+ **CONSELHOS**

PARA QUE POSSA SER **LEGITIMADO** PELAS PARTES INTERESSADAS

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

<sup>4</sup> Essa ferramenta foi adaptada de uma ferramenta co-formulada pelo ICLEI no âmbito do projeto IFWEN/SUGI-Nexus. A partir desse insumo, aportes e conceitos foram trazidos pela Reos Partners, e adaptações foram feitas pela equipe LUPPA de acordo com os objetivos do LUPPA e as dinâmicas realizadas com os participantes.

Sugerimos que todos pensassem sobre quais setores da administração pública e atores interessados deveriam estar envolvidos neste projeto. Convidamos também as cidades a definirem uma meta atingível ainda na primeira edição do LUPPA, que se encerra em setembro de 2022.

Nossa jornada temática teve como foco a educação alimentar e nutricional. Debates o papel do poder público municipal na formação de ambientes alimentares mais saudáveis e inclusivos, no apoio à formação de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis nas escolas

e em unidades assistência social, no uso pedagógico de hortas e na relação com as culturas alimentares locais.

A Chamada para o Debate foi feita por Kelly Alves, consultora em políticas públicas de alimentação e nutrição da organização ACT Promoção da Saúde, que aprofundou as boas práticas nos grupos paralelos de debate. As exposições nos grupos foram também conduzidas por Niterói e Santarém, que trouxeram mais detalhes sobre seus programas de educação alimentar e nutricional. Ambos os municípios apresentaram a importância da intersetorialidade de seus programas e ações.

**QUAL O PAPEL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO ALIMENTAR**

**9 PRINCÍPIOS-EAN**

**ABORDAGENS SOBRE EAN**

**1946**  
PRECONCEITUOSA  
DESCONTEXTUALIZADA  
COMO PRÁTICA PRESCRITIVA  
**DE CULPABILIDADE**  
dos indivíduos  
NUTRÓLOGO

**2012**  
TODOS OS SETORES DA GESTÃO MUNICIPAL PODEM SER PROTAGONISTAS  
AGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA  
MUNICÍPIO QUE CUIDA MELHOR

**DEFENDEMOS**  
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PRÁTICA CONTÍNUA E PERMANENTE  
**TRANSDISCIPLINAR**  
**INTERSETORIAL**  
Multiprofissional  
**AUTÔNOMA**  
e  
**VOLUNTÁRIA**  
de hábitos alimentares saudáveis

- 1 DIVERSIDADE DE CENÁRIOS DE PRÁTICA
- 2 INTERSETORIALIDADE
- 3 SUSTENTABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA
- 4 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
- 5 PARTICIPAÇÃO ATIVA E INFORMADA DOS SUJEITOS
- 6 PROMOÇÃO DE AUTOCUIDADO
- 7 VALORIZAÇÃO DA CULINÁRIA ENQUANTO PRÁTICA EMANCIPATÓRIA
- 8 VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR LOCAL
- 9 SISTEMA ALIMENTAR E SUA INTEGRIDADE

**Chamada PARA O DEBATE**  
por Kelly Alves  
DOUTORA EM SAÚDE COLETIVA

INVESTIGAR  
MAPEAR  
FOMENTAR  
CONHECER O TERRITÓRIO

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

## DIA #7

Na sétima oficina do LUPPA, elaboramos um pouco mais sobre os projetos de impacto, o qual chamamos de “projeto âncora”, e nos apoiamos para avançar em seus desenhos, colaborando uns com os outros na identificação de temáticas centrais e partes interessadas em cada município.

Plano de planejamento alimentar



CADA CIDADE TEM A SUA  
REALIDADE E A  
FERRAMENTA  
DEVE SER ADAPTIADA

ELA FOI PENSADA  
COM BASE EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

TEM O INTUITO DE PENSAR A AÇÃO  
DE IMPACTO QUE SERÁ DEFINIDA  
ATÉ O FINAL DAS ATIVIDADES

AJUDA A CONSOLIDAR O  
COMPROMISSO ASSINADO  
PELAS PREFEITURAS EM AÇÕES  
DE IMPACTO DE CURTO, MÉDIO  
E LONGO PRAZOS



Clique aqui para  
ver essa imagem  
em tamanho maior

Já a nossa sessão temática de partilha de experiências abordou políticas estruturais de combate à insegurança alimentar nos municípios, tema urgente e necessário, dada a crescente escalada de insegurança alimentar pelo País, especialmente após o início da pandemia de Covid-19. Durante a sessão, debatemos como governos municipais devem priorizar não apenas medidas emergenciais ou momentâneas, mas formular ações estruturantes, que garantam resiliência da cidade aos períodos de dificuldades econômicas mais acentuadas, bem como um acesso contínuo e crescente da população à alimentação saudável e sustentável.

Quem atua na área da assistência social sabe que quando “tudo está pior”, é o momento em que mais se trabalha “na ponta”. Como, então, gestores e gestoras municipais podem desenhar e ancorar seus programas e ações para que mesmo em momentos mais desafiadores o direito universal à alimentação e nutrição adequadas seja plenamente garantido? O que é inovação em matéria de política de combate à insegurança alimentar?

“

O DESTAQUE QUE FAÇO É PARA A POSTURA DE RESILIÊNCIA QUE TEM SIDO ADOTADA PELAS EQUIPES DOS MUNICÍPIOS PARA MANTER A REDE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL FUNCIONANDO, PARA CONTINUAR MANTENDO ESSE ATENDIMENTO, EMBORA TENHAMOS ENFRENTADO DESAFIOS SIGNIFICATIVOS

**PATRICIA MARQUES**

representante da prefeitura de Maracanaú - CE

”

A Chamada para o Debate foi feita por Tereza Campello, professora titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP e ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que fez, uma das apresentações mais festejadas de nossas oficinas, segundo as avaliações dos participantes.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

**TUDO QUE DEU CERTO NO BRASIL PASSOU POR ESSES 5 TÓPICOS**

**CHAMADA PARA DEBATE**

**POLÍTICAS ESTRUTURAIS DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR**

**TEREZA CAMPELLO**  
ECONOMISTA  
DOUTORA EM SAÚDE PÚBLICA

**1** **colocar na pauta das agendas**

AGENDA  
COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR

**TEM QUE SER TRATADO COMO AGENDA de GOVERNO**

REFERÊNCIA NO MUNDO EM POLÍTICAS DE COMBATE À FOME E À INSEGURANÇA ALIMENTAR

**lu•ppa**

**2022**

estamos navegando no escuro, não há informações sobre a fome e a insegurança alimentar. Os Municípios têm a tarefa de fazer o diagnóstico para entender a realidade local.

**PARA ELEVAR O ASTRAL**

1. é uma oportunidade de dinamizar a economia municipal em cima dessa agenda.

2. a questão da alimentação ganhou públicos que estão preocupados com a saúde, com estilo de vida, e a ideia de que interessa o que é a comida de verdade.

**2** **INTERSETORIALIDADE**

A INTERSETORIALIDADE é um processo, não é lindo, não é fofo ♥♥♥, é complexo, demora, mas é **SUSTENTÁVEL**

**3** **TRABALHO CONJUNTO NÃO É EU**

É UM TRABALHO CONJUNTO E TODO MUNDO TEM QUE

**4** **PENSE GRANDE**

TEM QUE TER **ESCALA**

**5** **ENVOLVER A SOCIEDADE CIVIL**

O BRASIL SAÍU DO MAPA DA FOME ATRAVÉS DE UM CONJUNTO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS, QUE FORAM FEITAS EM PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS

CENTRO DE COMBATE À FOME DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO

Participação

CLIQUE AQUI PARA VER ESSA IMAGEM EM TAMANHO MAIOR

As exposições nos grupos paralelos de debate foram conduzidas por Porto Alegre, Contagem e Maracanaú, que trouxeram mais detalhes sobre seus programas de combate à insegurança alimentar, especialmente restaurantes populares e locais de acesso à alimentação saudável.

## DIA #8

Na última oficina do LUPPA seguimos trabalhando com o desenvolvimento dos projetos-âncora, na escolha e planejamento de ação de impacto sistêmico, revisando o que foi feito na oficina anterior e avançado ainda mais em seu desenho. A continuação desse trabalho se dará nas reuniões bimestrais de acompanhamento, que ocorrerão de março a setembro de 2022.

# RELEMBRANDO

CADA CIDADE QUE ENTROU NO **LUPPA** TEVE UMA CARTA ASSINADA PELO PREFEITO COM COMPROMISSO DE CURTO PRAZO PARA COMPROMETER EM MÉDIO E LONGO PRAZOS A GESTÃO DELES E AS FUTURAS. AS FERRAMENTAS TEM FUNÇÃO DE APOIO PARA QUE AS CIDADES CONSTRUAM SUAS ROTAS.



Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Já a nossa sessão temática foi sobre estruturação da política alimentar - construção de planos estratégicos nos municípios, e tivemos um painel com as prefeituras de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, para compreender a experiência desses municípios na elaboração de seus planos estratégicos de SAN, em especial os desafios para construir e efetivar um planejamento que seja realmente intersetorial e focado em resultados tangíveis para a sociedade.

**ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA ALIMENTAR**

**BELLO HORIZONTE**  
Darkiane

O PROCESSO É DESAFIADOR. UM DOS DESAFIOS É O CARATER INTERSETORIAL DA POLÍTICA. CONSTRUIR UMA ESTRATÉGIA ORGANIZADA, PLANEJADA, PARA ALCANÇAR OS RESULTADOS DE MONITORAMENTO E DE ACOMPANHAMENTO É EXTREMAMENTE IMPORTANTE!

**CURITIBA**  
Felipe

A NOSSA MÁXIMA É BUSCAR A HÉLICE QUADRUPLA, ESSE É O NOSSO MANTRA. PRECISAMOS DE TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE TRABALHANDO JUNTOS! UMA CONSTRUÇÃO DE IMPACTO NA PONTA EXIGE ESSA UNIÃO DE ESFORÇOS.

**SÃO PAULO**  
Vera Villela

A COMUSAN (CONSELHO MUNICIPAL ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO) É O PRINCIPAL CANAL DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO. UM DAS NOSSAS MISSÕES É CONSTRUIR ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL E UM DOS NOSSOS MAIORES DESAFIOS É O ORÇAMENTO E A PARTICIPAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS E DAS AUDIÊNCIAS E PROGRAMAS DE METAS.

**FALA!**  
cidades mentora

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

O encerramento da oficina contou com uma grande avaliação da jornada LUPPA e o seu significado para cada um das e dos participantes.

Ouvir as experiências bem sucedidas dos outros municípios nos dá energia para continuar. Com o LUPPA agora temos mais ferramentas para passar para os outros. Com o entendimento conjunto das pautas, aprendemos e nos fortalecemos como grupo.

A troca de experiência é fundamental, porque nos dá mais ânimo. O quanto isso é importante para a sociedade!

O momento alto é a interlocução, a troca. O ponto alto foi a participação da Tereza Campelo. Nossa meta agora é a realização da conferência, tornar esse trabalho mais coletivo com a participação da sociedade civil e outras secretarias.

O ponto alto dessa jornada foi compreender as experiências com agricultura urbana principalmente. O LUPPA contribuiu para fomentar este debate.

Foi significativa, pois o LUPPA é mais um aliado que tirou nosso projeto da gaveta. Entendemos a importância do usuário. O LUPPA apertou o botão da esperança e da ação.

A possibilidade de participar de uma partilha tão rica. Entender melhor o que é Sistemas Alimentares. Entendemos que o mais importante é a construção coletiva.

Um dos pontos altos foram as trocas de experiências, os ensinamentos, as falas inspiradoras importantes para nos motivar. O LUPPA trouxe o despertar para a necessidade de se juntar mais para fazer mais.

Para além das trocas, é como a gente enfrenta os desafios e as dores, as experiências e as dicas da Administração Pública que perpetuem essas ações. A grande contribuição foi o preenchimento da planilha de diagnóstico que norteou nosso trabalho.

Pensar a segurança alimentar de forma intersetorial, sair da caixinha, ouvir as experiências das outras cidades. Saímos daqui com muitas ideias. As oficinas promoveram discussões intersetoriais no município.

Conhecer as experiências de outras cidades, principalmente as de Anchieta, nosso desafio ainda é a COMUNICAÇÃO. Vai ser um grande desafio apresentar uma proposta para o LUPPA!

Clique aqui para ver essa imagem em tamanho maior

Além das oficinas do LAB, seminários paralelos foram oferecidos pelas instituições parceiras do LUPPA, ampliando a quantidade de horas dedicadas à partilha de conhecimento e interação sobre questões urgentes dos sistemas alimentares. Os 6 seminários realizados foram:

#### **1) Alimentação Sustentável**

oferecido por Humane Society International e Alimentação Consciente Brasil;

#### **2) Sistemas alimentares agroflorestais em diálogo com as políticas de segurança alimentar e nutricional**

oferecido por WWF Brasil;

#### **3) Sistemas Alimentares e Planejamento Municipal**

oferecido pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba;

#### **4) Ambiente Alimentar, Cidades e Diálogos com as Políticas Públicas no Brasil**

oferecido pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS) da Universidade Federal de Minas Gerais;

#### **5) Agroecologia na Cidade: Como Planejar?**

oferecido pela Secretaria Executiva de Agricultura Urbana da Prefeitura do Recife;

#### **6) Agricultura Urbana, Abastecimento Alimentar e Acesso à Alimentação Saudável**

oferecido pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e Cidadania de Belo Horizonte.



foto: Acervo Prefeitura de Natal - RN



**INICIATIVAS  
QUE INSPIRAM:  
PROGRAMAS DE  
REFERÊNCIA DAS  
CIDADES LUPPA**

AS INFORMAÇÕES E DADOS DAS  
EXPERIÊNCIAS AQUI NARRADAS  
FORAM FORNECIDOS PELAS CIDADES  
PARTICIPANTES. O LUPPA NÃO  
PRETENDEU DESENVOLVER UMA  
PESQUISA PROPRIAMENTE DITA  
ACERCA DESSAS CIDADES,  
MAS TRAZER AS EXPERIÊNCIAS  
COMPARTILHADAS DURANTE  
AS ATIVIDADES DE PARTILHA E  
MAPEAMENTO SISTÊMICO DO 1º LAB.

## ALVARÃES - AM



16 mil habitantes (estimativa 2021) 5.923 km<sup>2</sup>

Localizado a 531 quilômetros da capital Manaus, Alvarães é um pequeno município amazonense, onde a grande maioria da população é formada por povos indígenas e ribeirinhos, que têm um destacado papel no desenvolvimento de atividades econômicas e de subsistência na região. São pelo menos dez povos indígenas que vivem em territórios localizados no município.

Banhada pelo rio Solimões, chamam a atenção as atividades econômicas desenvolvidas em Alvarães, que guardam relação com a preservação de espécies em extinção e com a preservação do bioma local, visto que as atividades extrativistas dependem disso. A economia local é baseada na produção de farinha de mandioca, extrativismo do açaí e da castanha. A pesca tem um papel importante para o aporte proteico na região.

O manejo das espécies de pirarucu e tambaqui, consideradas em risco de extinção, contribui para a sua preservação. Porém, a cidade tem sofrido com as questões ambientais de alternância entre a seca e as enchentes, que colocou a perder plantações de banana e de mamão, além das perdas na produção de melancia e de verduras. Este cenário propicia a migração de famílias de produtores do campo para a cidade, o que preocupa o poder executivo por não haver estrutura que comporte essa mudança populacional.

Para tentar driblar essa situação, criar alternativas que possam amenizar e resolver algumas dessas dificuldades, a gestão municipal lança mão de uma estratégia de parceria e estreitamento das relações entre poder público e sociedade, o que é fundamental para identificar, valorizar e fortalecer as práticas voltadas aos sistemas

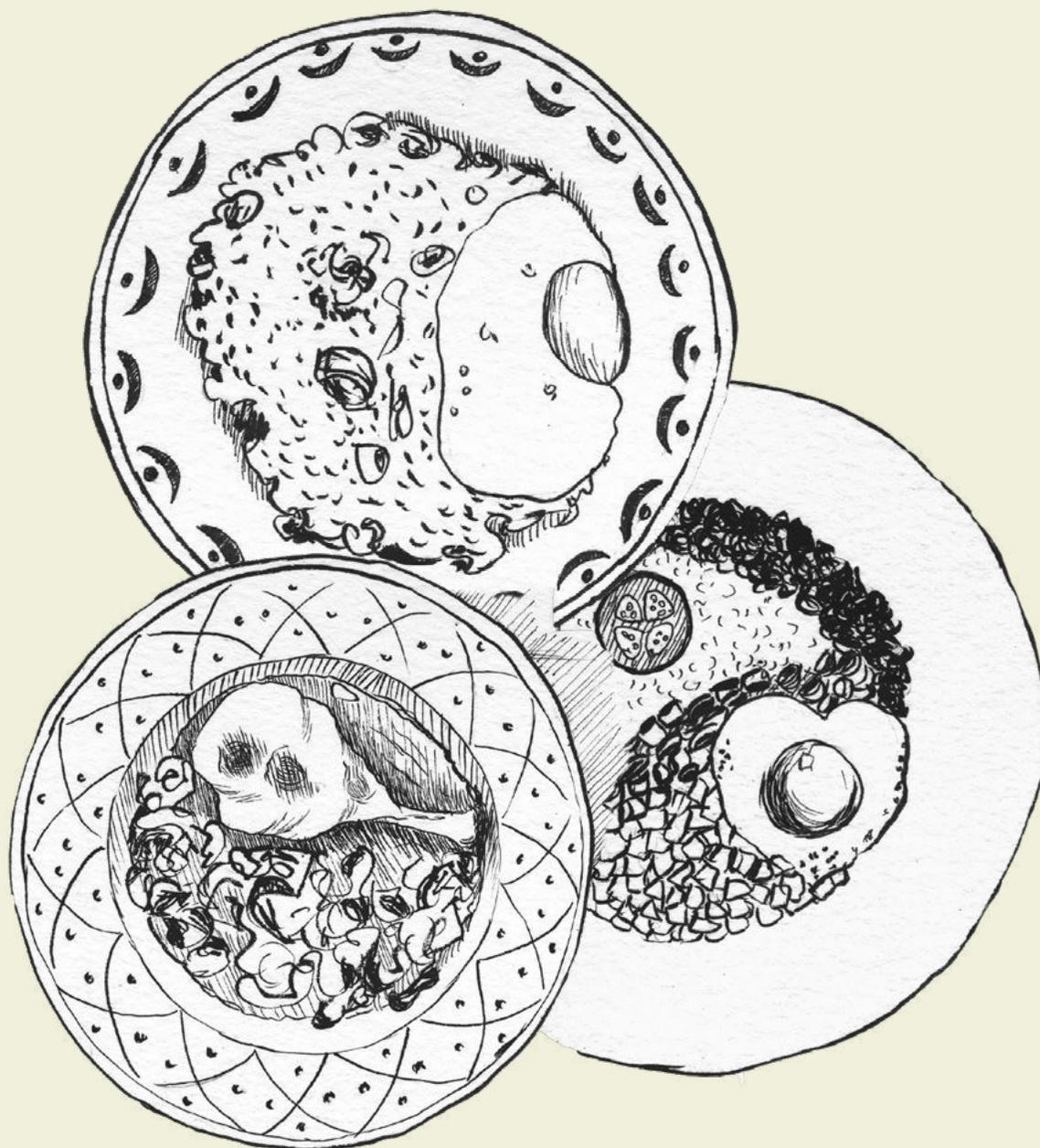


alimentares. Um dos gestores da prefeitura local também é indígena do povo Maiuruna e faz parte da cooperativa indígena Nova Esperança, contribuindo com a administração municipal para que a relação entre gestão e sociedade civil se estreite cada vez mais. Há algumas iniciativas interessantes por parte da sociedade civil, através de cooperativas, como é o caso do manejo do peixe pirarucu.

Um dos objetivos da gestão municipal é potencializar a produção de alimentos através do apoio a agricultores e indígenas na produção

desses alimentos, apoiando nos períodos de cheias ou de secas, quando uma parte da produção é perdida. A principal estratégia é a captação de recursos e execução de projetos de iniciativas locais, para incentivar atividades econômicas que propiciem a segurança alimentar e a circulação local de renda. A consolidação dessas experiências voltadas aos sistemas alimentares locais poderão levá-las a ter uma continuidade mais permanente, independente de quem esteja à frente da administração municipal.

Por ser um município localizado na Amazônia legal, as iniciativas em Alvarães também contribuem para uma perspectiva mais sustentável e circular, em meio a tantos riscos e desafios trazidos pela crise ambiental e seus impactos nos biomas e no planeta.



## ANCHIETA - SC



5,477 mil habitantes (estimativa 2021) 232,348 km<sup>2</sup>

Dizem que Anchieta, um município pequeno do interior de Santa Catarina, é a Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas e Capital Estadual do Milho Crioulo, o que revela muito sobre sua atuação nas questões alimentares no município. O incentivo à produção da agricultura familiar de base agroecológica e ao uso e conservação das sementes crioulas é pilar nas políticas alimentares. A participação da sociedade civil é intensa e há diversas parcerias com universidades e cooperativas agrícolas.

Uma grande conquista do município foi a publicação da Lei Municipal nº 2457 de 2019, que dispõe sobre o incentivo a sistemas de produção agroecológicos e produção e distribuição de sementes crioulas<sup>5</sup>. A produção local para multiplicação das sementes é alavancada especialmente por um programa, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, de distribuição de

kits de sementes com pequenas quantidades e grande variedades. O processo de montagem dos kits de sementes inclui o recolhimento das sementes junto aos produtores e produtoras, com posterior limpeza, secagem, embalagem e finalmente a distribuição. Na impossibilidade deste processo, é orientado que produtores e produtoras armazenem as sementes na geladeira ou em garrafas “pet” mantidas em lugares escuros.

Não basta distribuir, é preciso celebrar. A Festa das Sementes Crioulas ocorre com frequência variada e tem como foco a troca de sementes entre famílias, como forma de manter a diversidade e garantir resiliência climática. A Festa reúne 15 municípios da região para manter a continuidade do processo de fomentar os sistemas locais de troca, à base da alimentação derivada de sementes e mudas crioulas, além de estimular o agroturismo. Mais do que



isso, a Festa das Sementes Crioulas busca reconhecer e celebrar a origem dos alimentos, proporcionando aos participantes reflexões sobre a alimentação saudável e cursos de culinária saudável, e assim contribuir para a divulgação desses saberes.

O marco legal municipal também regula a aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar. As metas estipuladas para o primeiro ano seriam de garantir uma participação de no mínimo 20% de alimentos orgânicos, subindo esse patamar mínimo no segundo ano para 30%, e do terceiro ano em diante

<sup>5</sup> Sementes que não foram modificadas por ação humana.

para 45%. No entanto, a Prefeitura informa que já em 2020 atingiram uma cota de aproximadamente 45%. A alimentação escolar e as escolas são canais para implementação de estratégias com foco na alimentação saudável. Além da merenda escolar com alimentação orgânica, todas as escolas municipais têm horta, usada também na perspectiva pedagógica. A conscientização sobre a alimentação é uma ação relevante, e se dá por meio de palestras e visitas a produtores e produtoras que estão em transição agroecológica ou que já são certificados.

O desenvolvimento circular no município é estimulado por meio da compostagem de parte dos resíduos orgânicos gerados nos espaços públicos, para posterior uso como composto nas hortas escolares. O município também conta com uma feira permanente e diária de produtos agroecológicos promovida pela cooperativa local, a CooperAnchieta, que não funciona apenas aos domingos.



## ARARAQUARA - SP

 240,542 mil habitantes (estimativa 2021)  1.003,625 km<sup>2</sup>

Araraquara é uma cidade localizada no interior do Estado de São Paulo e tem a garantia da SAN como um pilar da gestão municipal. As políticas alimentares são centrais na agenda governamental do município, que é signatário do Pacto de Milão. Quatro eixos principais guiam as políticas alimentares: garantia do direito à alimentação; agricultura familiar sustentável; inclusão produtiva e economia solidária; e rede de solidariedade.

O município ficou em quarto lugar no Prêmio “Josué de Castro” em 2021, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, com o Projeto “Araraquara Sem Fome”. Trata-se de um projeto de caráter intersetorial que inclui diversos programas e ações como Bolsa Cidadania, Banco Municipal de Alimentos, Programa Restaurantes Populares, Programa

Padaria Solidária, Programa Leite de Soja, Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS), entre outros.

O Bolsa Cidadania, lançado em 2019, é um programa multisetorial de transferência de renda por meio de um vale alimentação para usuários selecionados via cruzamento de dados do CADÚnico e da gestão da assistência social. Dados sobre insegurança alimentar no município foram levantados de forma experimental, juntamente ao primeiro grupo de pessoas a receber o Bolsa Cidadania. A pesquisa, por meio da aplicação da Escala Brasileira da Insegurança Alimentar (EBIA) identificou que aproximadamente 90% dos beneficiários enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, enquanto altos graus de sobrepeso e obesidade foram igualmente encontrados.



Já o Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS), também iniciado em 2019, funciona como uma espécie de PAA municipal e tem como intuito comprar alimentos da agricultura familiar com recursos do tesouro municipal. Os alimentos adquiridos a partir de chamamento público voltado para as cooperativas locais são doados para entidades socioassistenciais cadastradas e famílias em situação de vulnerabilidade. A entrega das cestas de alimentos em geral é realizada

nas unidades do CRAS, onde também são realizadas oficinas com os beneficiários para promover mudança de hábitos alimentares e de consumo.

O desenvolvimento circular ganha destaque pelo Banco de Alimentos, que funciona desde 2003 e atende mais de 50 entidades cadastradas, como hospitais, orfanatos e asilos. O foco principal é no combate ao desperdício e conta com uma equipe técnica da prefeitura, com engenheiro de alimentos, nutricionistas e técnicos para realizar as operações. Recebem uma média de 103 toneladas de alimentos por mês, sendo grande parte reaproveitada, parte beneficiada e transformada em polpa, doces e compotas, e outra parte acaba sendo destinada para a compostagem e posterior uso enquanto insumo para hortas. Há um constante diálogo com os produtores para encaminhar os excedentes de produção para o Banco de Alimentos.

A Padaria Solidária trabalha em parceria direta com o Banco de

Alimentos. Esta Padaria Solidária produz pães com farinha de trigo recebida pelo Banco de Alimentos e sem valor comercial. Os pães são feitos e posteriormente congelados e enviados semanalmente às entidades atendidas, juntamente com itens de hortifruti. Também são produzidos pães enriquecidos nutricionalmente com o subproduto da Usina de Processamento de Leite de Soja do município. Além das instituições já atendidas, a Padaria está sendo reestruturada para oferecer café da manhã para mais de 3000 (três mil) crianças que participam do Projeto Escolas de Esportes.



foto: Acervo Prefeitura de Araraquara - SP

## BELÉM - PA



1.506,420 mil habitantes (estimativa 2021) 1.059,466 km<sup>2</sup>

Belém, capital do Pará e porta de entrada comercial e cultural da Amazônia, possui um território continental ao qual se somam 39 ilhas, conferindo uma característica singular e complexa para a gestão das ações de SAN. A atual gestão municipal demonstra vontade política de pautar a SAN do município como uma de suas prioridades, valorizando a intersectorialidade das políticas alimentares e participação de diversas secretarias. A valorização da agrobiodiversidade local e dos produtos da floresta tem sido foco de trabalhos de conscientização para melhor aceitabilidade e consumo pela população em geral.

No tocante à alimentação escolar, o município conta com uma estrutura diferenciada para a implementação da alimentação escolar: a competência não cabe a uma secretaria de governo ou outro órgão da administração direta, mas a

uma autarquia: a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE). Apesar de possuir vinculação à Secretaria de Educação, a FMAE é um órgão independente. As compras do PNAE atingem cota de 30% de produtos da agricultura familiar, mas o objetivo é ir além e ampliar essa participação. A FMAE também está desenvolvendo um projeto de hortas escolares e compostagem e tem adesão de cerca de 40 escolas municipais.

Outro destaque é a parceria da cidade com o UNICEF por meio da participação na Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) de 2017 a 2020. Foram realizadas diversas iniciativas com foco na proteção, no cuidado e na garantia de direitos de crianças e adolescentes, além de uma mobilização relacionada à migração de venezuelanos e à crise causada pela pandemia de Covid-19.



O cuidado com a alimentação e SAN esteve presente em várias dessas ações, dentre elas, a Semana do Bebê, que tem como tema central a amamentação e a alimentação infantil saudável, e contou com capacitações de técnicos e gestores locais para a metodologia dos 10 passos para amamentação e alimentação complementar saudável até os 2 anos. Outra ação presente é o Programa Crescer Saudável, desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e voltado para a prevenção da obesidade infantil e de adolescentes,

além de palestras de sensibilização sobre o tema da alimentação saudável para representantes escolas municipais do Programa Saúde na Escola e para técnicos das unidades de Estratégia de Saúde da Família. Na atenção aos migrantes venezuelanos houve a distribuição de alimentação, água potável, material de higiene e medicamentos, e também capacitação para os técnicos da rede municipal que trabalham diretamente com os indígenas waraos, migrantes da Venezuela.



## BRAGANÇA - PA



130 mil habitantes (estimativa 2021) 2.124 km<sup>2</sup>

Bragança, município localizado no nordeste do Pará, a pouco mais de 200 km de Belém, tem histórico de dedicação à pauta de SAN, com implantação do Conselho de SAN antes mesmo da adesão ao SISAN, nos anos 2000. Neste período, foi feita adesão ao SISAN, além da implantação da CAISAN municipal, do reforço da importância da continuidade das atividades do Conselho de SAN e a realização de Conferências Municipais de SAN, que, contudo, não se mantiveram a partir de 2015. Atualmente, as bases das políticas alimentares são o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação do acesso à alimentação adequada.

O fortalecimento da agricultura familiar ocorre pelo apoio técnico para produção e utilização de mecanismos de compras públicas de alimentos, especialmente pelo

PNAE e PAA. A diversificação da produção, inclusive de extrativismo e de quintais produtivos, é essencial nesta ação de fortalecimento. As compras institucionais auxiliam tanto no escoamento da produção quanto na melhor articulação dos produtores no território. Além disso, estas estratégias são importantes para manter as famílias agricultoras nas áreas rurais, evitando que migrem para a área urbana e passem a viver em maior vulnerabilidade social. O acesso à alimentação por grupos de maior vulnerabilidade tem sido garantido pelas ações do PAA, por meio das unidades dos CRAS, nas associações de bairro, e também por outras organizações assistenciais. O município tem buscado mais recursos para o PAA, também por emendas parlamentares.

Merece destaque uma experiência de fomento à agricultura familiar no



município através da implantação de viveiros de mudas frutíferas, um projeto que se iniciou em 2014/2015. Apesar da pandemia, o projeto vem sendo retomado para reunir grupos de produtores de determinada localidade, em geral das áreas rurais do município, com o intuito de construir viveiros de frutíferas nativas, em local escolhido de forma conjunta. A prefeitura oferece sementes, sacarias para produção das mudas e adubos, além de assistência técnica de acompanhamento. As sementes utilizadas e as mudas para

reflorestamento são distribuídas pela Secretaria Estadual de Agricultura.

No momento em que as mudas do viveiro estão prontas para o plantio, os agricultores e agricultoras responsáveis pelo viveiro se reúnem e distribuem as mudas para serem plantadas em suas propriedades.

Atualmente parte das agricultoras e agricultores começam a colher os frutos desta iniciativa, frutas que são utilizadas tanto para consumo próprio como também para comercialização via compras institucionais e feiras da agricultura familiar.



## BREJO DA MADRE DE DEUS - PE

 51,696 mil habitantes  762,346 km<sup>2</sup>

Brejo da Madre de Deus, no interior de Pernambuco, na divisa dos biomas da caatinga e mata atlântica, é um município com histórico de forte produção da agricultura familiar e que hoje, devido às mudanças climáticas, possui como base de sua economia a confecção têxtil. No entanto, a produção de alimentos segue sendo parte integrante das atividades desenvolvidas no município e, por isso, muitas vezes os agricultores familiares trabalham tanto na agricultura quanto na produção têxtil. As dificuldades na agricultura foram vistas como oportunidades e hoje a diversidade de alimentos plantados é grande, incluindo produtos de base agroecológica, que seguem a cultura local e mais artesanal. A produção de alimentos é escoada em feiras locais, pelas compras públicas (PNAE e PAA) e nos centros comerciais atacadistas de Caruaru - CEACA e Recife - CEASA.

O município possui ampla extensão territorial e 3 microclimas diferentes, com consequente diversidade de produtos e animais. Na área de brejo de altitude, que possui maior disponibilidade hídrica, ganha destaque a produção diversificada de alimentos orgânicos, especialmente o morango. Já nas áreas de transição e sertão, as dificuldades são maiores e a produção de milho e animais são priorizadas. É considerado desde 2012, pela Lei Estadual Nº 14.612, como a Capital Agroecológica do Estado de Pernambuco e conta com uma associação de produtores orgânicos chamada Terra Fértil.

Pela experiência da produção de morangos orgânicos, atividades de “colha e pague” e de agroturismo têm recebido incentivos por parte da Secretaria de Turismo. Além disso, a Casa do Mel, uma unidade de beneficiamento de produtos apícolas



e derivados, explora uma interessante experiência de parceria público-privada, com o projeto executado pela Prefeitura Municipal, gestão da Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Brejo da Madre de Deus (BREJO MEL) e apoio da Cooperativa dos Apicultores do Agreste de Pernambuco (AGRESTE MEL). Parte da produção do mel também possui certificação orgânica. Em breve, terão adquirido os Selos de Inspeção Estadual e Federal para que os produtos possam ser comercializados por diferentes

instituições e em compras públicas em todo o país.

A produção de ovinos e caprinos é estimulada devido à alta demanda por parte do consumo e ao histórico da produção familiar local. No município encontramos um raro equipamento público: o Abatedouro Público Municipal, gerido e custeado pela gestão municipal, onde são abatidos animais provenientes de agricultores familiares do município e cidades da região. Este equipamento incentiva a produção e o consumo local, com garantia de origem dos produtos, já que há uma avaliação prévia ao abate da documentação da GTA (Guia de Trânsito Animal) e Calendário de Vacinação para constatar a procedência, além de viabilizar aos produtores familiares locais uma certa autonomia em relação aos grandes e poucos abatedouros privados.



## CARUARU - PE

 369,343 mil habitantes  923,150 km<sup>2</sup>

Caruaru, famosa cidade turística de Pernambuco, tem uma experiência de ação emergencial em resposta à Pandemia de Covid-19 muito importante. O panorama sobre população em insegurança alimentar no município era obtido pelo CADÚnico ou pelos CRAS e por isso a gestão tinha um bom conhecimento dos territórios de maior vulnerabilidade social. No entanto, com a Pandemia de Covid-19 este cenário mudou, houve intensificação das dificuldades nos territórios já identificados, mas também novas regiões passaram a sofrer com taxas maiores de insegurança alimentar.

A média anual de entrega de cestas básicas enquanto benefício social eventual era de 3.000 (três mil) cestas, alcançando em 2020 o número 11.500 (onze mil e quinhentas) cestas básicas/ano.

O aumento da demanda foi muito grande, e para atendê-la foram realizadas parcerias com empresas para aumentar a quantidade de doações de cestas. O benefício de entrega de cestas básicas é eventual e o foco das ações da assistência social é de empoderar, pelo trabalho e capacitação, as famílias mais vulneráveis. Com esta situação, o município desenvolveu metodologias de acompanhamento das famílias mais vulneráveis para além do CADÚnico, com o intuito de intensificar o acompanhamento e minimizar as vulnerabilidades nos territórios.

A população de rua recebe um atendimento especializado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), com oferecimento de alimentação (200 refeições/



dia), higienização e atendimento psicológico. O centro POP conta com uma equipe de abordagem social que realiza ações em todos os territórios do município, inclusive distribuindo refeições (café da manhã, almoço e jantar). Esta população também é assistida por meio de um equipamento de acolhimento para pernoite, que oferece jantar e café da manhã e um equipamento para atendimento de caráter emergencial por conta da Pandemia de Covid-19, mas que segue em funcionamento, pelo qual os beneficiários podem

permanecer por até seis meses com atividades para estímulo da autonomia, e onde recebem três refeições diárias.

O fomento à agricultura familiar tem destaque para a assistência técnica, logística e fontes de escoamento. O município conta com a feira da CEASA, com agricultores que atendem as chamadas públicas da agricultura familiar para o PNAE; uma Central de Abastecimento municipal (a CEACA); uma feira da agricultura familiar com mais de 30 produtores; uma feira de produtos orgânicos com frequência de 3 dias na semana no centro da cidade; e um grande número de feiras livres; além de sediar a maior feira de animais do nordeste. O Plano de Desenvolvimento Rural está em construção.

Uma grande oportunidade de atuação na área da SAN é o combate ao desperdício de alimentos. O município já possui uma parceria com o SESC Caruaru, atuando na

Central de Abastecimento de Caruaru (CEACA), para evitar o descarte de frutas, verduras e hortaliças não comercializadas por inadequação aos padrões de venda. Estes alimentos são recebidos pelo SESC para posterior destinação para famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e pessoas em vulnerabilidade social. O município busca melhorar o diagnóstico de alimentos desperdiçados, definir as famílias que precisam receber os alimentos e fazer um acompanhamento multidisciplinar destas famílias.



## CONTAGEM - MG



673,849 mil habitantes 194,746 km<sup>2</sup>

Contagem é uma cidade localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e tem tanto o combate à insegurança alimentar e nutricional quanto a agroecologia como elementos essenciais para o planejamento de suas políticas alimentares. O interesse do município por estes temas pode ser evidenciado pela assinatura de uma carta de compromisso com a agroecologia pela atual Prefeita em 2021. Além disso, a aliança e parceria com demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com universidades da região, com organismos como a Emater têm sido fundamentais para fomentar estas políticas de SAN, valorizando a transição agroecológica, o apoio aos produtores e auxílio ao escoamento e à comercialização.

Desde 2009 o município aderiu ao SISAN, instituindo seu Sistema Municipal de SAN Sustentável<sup>6</sup>, e por isso conta com uma estrutura

de governança instalada - Conselho de SAN e CAISAN, além da realização regular de Conferências municipais de SAN - e marco legal (a LOSAN municipal). Hoje, as políticas alimentares estão basicamente sob a gestão da Superintendência de Segurança Alimentar e Abastecimento, localizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Segurança Alimentar. Um diferencial de Contagem foi ter previsto, desde a criação do Sistema Municipal de SAN, um Fundo Municipal de Segurança Alimentar para custear ações e programas municipais de SAN, além de ter sempre contado com a participação ativa da sociedade civil na construção e monitoramento destas ações.

Um ponto essencial da política de SAN do município é trazer a população para dentro dos equipamentos públicos com o intuito de compreenderem que a



alimentação adequada é um direito da população, minimizando o viés assistencialista de seus programas de SAN.

Dentre estes equipamentos, há 3 (três) Restaurantes Populares, coordenados por nutricionistas e localizados em áreas estratégicas para que pessoas de maior vulnerabilidade social possam acessá-los, sendo que um deles oferece refeições também no jantar. Aproximadamente 30% (trinta por cento) dos alimentos destes restaurantes são provenientes

<sup>6</sup> Lei Municipal nº 4.276, de 15 de julho de 2009: Cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável –SIMSANS de Contagem, e dá outras providências. <https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/lei042762009.pdf>

da agricultura familiar da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os Restaurantes Populares também são espaços onde ocorrem campanhas permanentes de diagnóstico do público, de educação alimentar e nutricional e de festivais, inclusive o festival das abóboras, símbolo do município.

Existem duas Cozinhas Comunitárias onde são promovidos almoços para famílias usuárias dos serviços da Assistência Social. Estes equipamentos estão localizados nos principais “bolsões de pobreza” da cidade. Ali também se promove a educação dos usuários em conceitos de SAN e qualidade nutricional, por meio de oficinas de aproveitamento de alimentos e capacitação para organização de espaços produtivos comunitários.

Contagem possui ainda um Banco de Alimentos, que recebe doações de grandes supermercados da cidade e faz entregas para as instituições de assistência social cadastradas.

Dentro deste equipamento há uma cozinha pedagógica onde são realizadas oficinas para aproveitamento de alimentos.

O município conta também com o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (CMAUF), um centro de difusão de tecnologias, práticas produtivas e ensino. O CMAUF promove assessoria técnica e acompanhamento das unidades produtivas urbanas, tanto com apoio da equipe própria da Prefeitura quanto via convênio com a Emater. Outro ponto relevante e que mostra a intersetorialidade das políticas é que o CMAUF tem parceria direta com o Banco de Alimentos do município: os resíduos orgânicos gerados no Banco de Alimentos viram insumo para compostagem realizada pelos produtores de alimentos usuários do CMAUF. O CMAUF também cultiva e distribui mudas medicinais para servir os postos de saúde com fitoterápicos, além de comercializar alimentos da agricultura familiar com a abordagem da economia solidária.



foto: Acervo Prefeitura de Contagem - MG

Destaca-se também o Programa Cestas Coloridas, que tem como intuito garantir o acesso a alimentos frescos para as famílias de maior vulnerabilidade. O programa está diretamente vinculado ao PAA e permite que algumas famílias recebam kits com frutas e verduras, juntamente com as cestas básicas.

Finalmente, o município também lançou em 2021 o Programa Contagem Sem Fome que “visa conscientizar a população sobre alimentação saudável, com valor nutricional e agroecológico, além de comunicar uma nova política de segurança alimentar que garante a alimentação como um direito”. E em parceria com a Fundação João Pinheiro, a Prefeitura está produzindo o “mapa da fome” no município.



## FLORIANÓPOLIS - SC



516,524 mil habitantes  674,844 km<sup>2</sup>

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, destaca-se pelo seu programa de gestão de resíduos sólidos, que busca integrar aspectos do desenvolvimento circular para alcançar os ODS. O decreto municipal nº 18.646 de 2018 institui o Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, que tem como metas para 2030 desviar dos aterros sanitários 60% de recicláveis secos (vidro, metal, plástico, papel e papelão) e 90% dos resíduos orgânicos (restos de cozinha, quintal e jardim).

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente é responsável pela gestão dos resíduos sólidos e a compostagem é uma das principais estratégias para o funcionamento do programa, já que a reinserção dos nutrientes provenientes dos resíduos orgânicos compostáveis ocorre essencialmente por meio desta técnica. O município conta com um pátio de compostagem maior e outros descentralizados gerenciados

por associações de bairros, creches, escolas e outras organizações. Nestes pontos são compostados os resíduos orgânicos domiciliares, institucionais e de empresas juntamente com a poda verde do município. O pátio maior é entendido enquanto uma solução de engenharia e teve o início da sua operação (2010- 2012) destinada a resíduos de restaurantes e shoppings e, posteriormente, em 2018, passou a compostar resíduos domiciliares. Atualmente este pátio processa em média 3.000 toneladas/ano de resíduo. A intenção é que o composto proveniente destes pátios de compostagem seja utilizado como insumo em hortas institucionais, especialmente de creches e escolas.

O programa também tem como objetivo promover educação ambiental continuada com a sociedade, destacando a importância da coleta seletiva, e a inclusão social dos catadores e outros grupos sociais envolvidos com o tema. A atuação



da sociedade civil é incentivada pelo Programa Minhoca na Cabeça, que estimula a reciclagem doméstica dos resíduos orgânicos com a doação de minhocários pela prefeitura. Ainda demonstrando a importância da circularidade nas ações do município, o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis - CULTIVA FLORIPA busca incentivar a agricultura urbana e valorizar questões ligadas à alimentação saudável, melhoria da qualidade de vida através da promoção da saúde e bem estar, estímulo a compostagem e uso dos espaços públicos.

## JOÃO PESSOA - PB



825,796 mil habitantes 210,044 km<sup>2</sup>

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, possui um Programa de Cozinhas Comunitárias exemplar, com visão integrada e abordagem transversal. O município conta com 6 (seis) Cozinhas Comunitárias localizadas em pontos estratégicos da cidade e possui apoio de assistentes sociais, técnicos e nutricionistas para sua execução. São servidas no almoço uma média de 330 (trezentas e trinta) refeições por dia em cada cozinha, totalizando mais de 1900 (mil e novecentos) refeições/dia. Está em estudo a possibilidade de serem servidas também as refeições do jantar nestes equipamentos.

O Banco de Alimentos, por meio da execução do PAA, distribui alimentos para estas cozinhas e outras instituições cadastradas. As Cozinhas possuem espaço para cursos voltados para gastronomia e oficinas

de capacitação em alimentação saudável para os beneficiários.

Devido ao bom funcionamento das cozinhas e eficiência em atender comunidades mais vulneráveis, a Secretaria de Assistência Social está com previsão de inaugurar, em 2022, outras 3 (três) Cozinhas Comunitárias em comunidades que ainda não têm esse equipamento. A ideia é que parte das novas Cozinhas seja desenvolvida com integração à produção de alimentos e à economia solidária - tudo em um mesmo complexo.

As novidades não param por aí. O município tem um projeto de hortas comunitárias nas Cozinhas, para beneficiar usuários, funcionários e comunidade do entorno. A intenção é que este modelo seja replicado também para os 2 (dois) Restaurantes Populares do município e outros espaços, como parques



e praças. Uma parceria com o Ministério da Cidadania irá auxiliar no custeio inicial de materiais e a Prefeitura irá disponibilizar o espaço para a implantação das hortas. Um engenheiro agrônomo da Secretaria de Meio Ambiente vai dar treinamento e suporte técnico aos futuros hortelões.

Vale destacar a parceria e interesse das secretarias de Assistência Social, Meio Ambiente e Habitação nos projetos envolvendo hortas comunitárias.

## MARACANAÚ - CE

 230,986 mil habitantes  105,071 km<sup>2</sup>

Maracanaú é um município cearense localizado na região metropolitana de sua capital, Fortaleza. É um grande pólo industrial, com alto rendimento do município oriundo do setor da indústria, mas com uma boa parte da população ainda em situação de vulnerabilidade social, o que requer programas e políticas públicas locais atentas a essa realidade. Além disso, parte do território indígena Pitaguary situa-se em Maracanaú, o que também deve ser levado em consideração pelas políticas alimentares locais, para que não alienem o povo indígena da região.

O município iniciou, no ano de 2005, a implantação de equipamentos e importantes ações direcionadas à SAN, que se intensificou em 2008, com a criação de uma coordenadoria responsável por estas ações na prefeitura. Ao mesmo tempo, ampliou os equipamentos com a inauguração

de cozinhas comunitárias e o restaurante popular. A partir de 2012, a gestão passou a priorizar seus marcos regulatórios com a criação do Conselho de SAN e da CAISAN, cujos membros tomaram posse no ano seguinte. Em 2014, o município recebeu o Prêmio ODM Brasil, pela articulação entre a política de assistência social e as políticas alimentares, o que era considerado inovador na época e que inspirou outros municípios. Foi criada em 2020 a Secretaria de Agricultura e de Questões Indígenas para facilitar o apoio técnico e produtivo. O município aprovou uma lei de combate ao uso de agrotóxicos, que incentiva produtores de alimentos a migrarem para o modelo agroecológico.

Há uma vasta e diversificada política alimentar implementada localmente, que está distribuída em várias



dimensões das políticas públicas de educação, saúde e assistência social, tendo esta última como a sua espinha dorsal. A rede de SAN é composta por restaurante popular, banco de alimentos, cozinhas comunitárias e um entreposto de recebimento de alimentos da agricultura familiar. O restaurante popular já chegou a distribuir até 800 refeições por dia, e atualmente são distribuídas em torno de 600 refeições. As cozinhas comunitárias distribuem aproximadamente 900 refeições, o que totaliza 1.500 refeições

fornecidas diariamente à população. O banco de alimentos faz a coleta de doações que são posteriormente distribuídas às entidades cadastradas. Também faz a captação de leite, que é distribuído para abrigos e creches, e fomenta outras ações, como a arrecadação de máscaras de proteção e álcool em gel. O município executa o PAA federal e criou um PAA municipal, cujas compras são monitoradas para garantir a aquisição de pelo menos 30% da agricultura familiar para o PAA e para o PNAE. A gestão também apoia os produtores e produtoras, realizando feiras onde são comercializados produtos artesanais e alimentos agroecológicos e orgânicos.

Os desafios impostos pela insegurança hídrica, causada pelos períodos prolongados de estiagem, fez com que Maracanaú estreitasse parcerias com o Instituto Federal do Ceará (IFCE) para a criação e aquisição de tecnologias de captação de água da chuva e de outros mananciais, assim como

tecnologias de baixo custo, de uso manual, para fazer irrigação, como é o caso da bomba rosário. Com o mesmo objetivo de reaproveitamento de água e de alimentos, a prefeitura planeja implantar o reaproveitamento da água usada em cozinhas comunitárias e restaurante popular, e implantar compostagem com reaproveitamento de sobras de alimentos, tornando os equipamentos mais sustentáveis. Os equipamentos de SAN são multifuncionais. Neles, são desenvolvidas atividades culturais e de trabalho social, cursos de educação alimentar e de gastronomia social em parceria com a Universidade Federal do Ceará, com o SENAC, entre outras.

A resiliência das ações de SAN no município de Maracanaú ficou demonstrada nestes tempos de pandemia. Graças a este arcabouço, a população vem conseguindo garantir minimamente o seu direito à alimentação.



## NATAL - RN



896,708 mil habitantes 167,401 km<sup>2</sup>

Localizada no Nordeste brasileiro e banhada pelo rio Potengi, Natal é a capital do estado do Rio Grande do Norte. Sua população chega a quase 900.000 (novecentos mil) habitantes, embora o município faça parte de uma região metropolitana com um 1.500.000 (milhão e meio) habitantes, concentrando quase a metade da população de todo o estado. Com forte potencial turístico e clima ameno, Natal viu a sua população aumentar consideravelmente nas décadas de 70 e 80, com a chegada de famílias inteiras oriundas do interior do estado, que padeciam das agruras da estiagem e seca prolongadas.

A cidade não possui área rural. Entretanto, existe uma vocação para a produção de alimentos com a agricultura urbana, hortas comunitárias autogestionadas por famílias de agricultores e de moradores, principalmente na Zona Norte de Natal, onde há um percentual

maior de vulnerabilidade social. São produzidas hortaliças, plantas medicinais, frutíferas, entre outros sistemas produtivos. Por isso, uma das iniciativas da gestão pública municipal tem sido identificar essas iniciativas produtivas de alimentos com finalidade de subsistência e comercialização local, para poder reconhecê-las como áreas de interesse social (AIS) no plano diretor da cidade. Também existem áreas de interesse de pesca artesanal para subsistência, em bairros urbanos que antes eram comunidades pesqueiras e cuja cultura foi preservada. Essas áreas estão localizadas e foram delimitadas pelas características naturais das próprias comunidades, que estão localizadas na faixa de praia e na faixa de estuário do rio Potengi, tendo surgido de forma bem espontânea. Na cidade, existem feiras e mercados públicos para a comercialização de alimentos, que são geridos pela Secretaria de Serviços Urbanos. A partir da gestão desses



espaços, percebeu-se a necessidade de mais informações e orientação para as práticas produtivas.

O objetivo atual é identificar todas essas experiências produtivas para propiciar a destinação adequada de ações que incentivem, capacitem, organizem a comercialização e avancem nos marcos legais necessários à implementação de mais e melhores políticas alimentares. O momento é de plantar essa semente de fortalecimento de sistemas alimentares, realizando o diagnóstico do município, que permitirá levar em conta os desafios e oportunidades.

## NITERÓI - RJ



516,981 mil habitantes 133,757 km<sup>2</sup>

Niterói é uma cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma experiência na área de SAN que vale ser notada é o programa de Educação Alimentar do município, de caráter intersetorial. Atuam de forma conjunta três principais secretarias: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde. A articulação entre estas secretarias permite uma melhor continuidade e manutenção das políticas públicas de SAN.

A Secretaria de Assistência Social é responsável pelo Banco de Alimentos que foi criado em 2013, mas municipalizado e reativado em 2017. As doações são realizadas diretamente para o Banco de Alimentos que posteriormente encaminha cestas para as mais de 20 instituições cadastradas, como creches e organizações governamentais, selecionadas de acordo com critérios técnicos bem

estabelecidos. Nos últimos quatro anos a quantidade de doadores aumentou tanto que o Banco de Alimentos não está dando conta da oferta. Há também uma parceria direta com o CEASA localizado no município que faz a doação de gêneros agrícolas.

A Secretaria de Assistência Social por meio do seu Restaurante Popular, tem parcerias com a Universidade Federal Fluminense e universidades privadas para desenvolver atividades educativas, como rodas de conversa e atividades sobre conscientização da alimentação saudável para a população que frequenta o restaurante. Além disso, é atribuição da Secretaria de Assistência Social acompanhar a qualidade da alimentação nos seis equipamentos de abrigo do município e realizar a observância do cumprimento do PAA.

Já pela Secretaria da Educação, a alimentação escolar é o grande



destaque, sendo, no Brasil, uma das cidades que mais realiza compras diretas da agricultura familiar para o PNAE, num patamar entre 60 a 80% do total das aquisições de gêneros alimentícios, dando sempre prioridade para alimentos produzidos por cooperativas do Estado do Rio de Janeiro. A alimentação escolar atende um total de mais de 30.000 (trinta mil) alunos e os cardápios das refeições são elaborados por um grupo de 10 nutricionistas, que se atentam para uma alimentação muito rica em frutas e legumes. No calendário da cidade, o mês de Maio

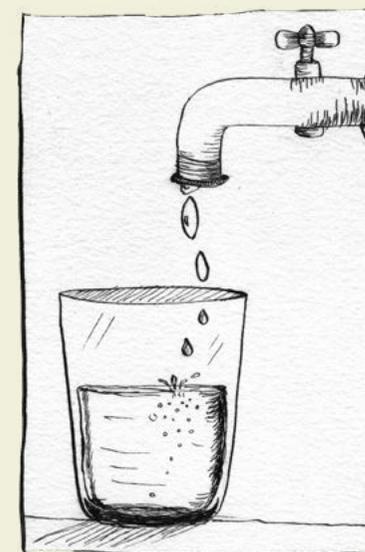
é dedicado à conscientização da relação entre comida e saúde, com a Semana da Alimentação Saudável, que realiza atividades educativas nas escolas, sobre a responsabilidade e a conscientização alimentar. Nos 8(oito) pólos da rede escolar, nutricionistas atendem a população com eventos que abordam os temas da obesidade e alimentação mais saudável.

Para esta iniciativa de sucesso as parcerias são essenciais e das mais distintas, incluindo parcerias com o Conselho de SAN municipal, a CAISAN municipal e a Universidade Federal Fluminense, que auxilia no planejamento, implementação e gestão de hortas escolares. Atualmente 15 (quinze) escolas de Niterói possuem hortas estabelecidas e em 8 (oito) estão sendo feitos trabalhos de compostagem.

O tema da alimentação consciente, por meio de uma parceria com o programa Alimentação Consciente Brasil da organização sem fins lucrativos Mercy For Animals, está

presente na escolha dos alimentos a serem utilizados no Restaurante Popular, com uma expectativa de substituição de 20% da proteína animal ao longo dos próximos meses; na promoção de oficinas semanais sobre conscientização e valorização da proteína vegetal e avaliação antropométrica; e na adesão de 89% das escolas da rede municipal às quartas sem proteína animal. A atuação da Secretaria da Saúde ocorre pela promoção de atividades em grupos para gestantes e portadores de diabetes com rodas de conversas sobre a importância da alimentação saudável e com o incentivo à prática de esportes e atividade física.

A atual agenda política traz no cerne de suas propostas a agenda climática. O município é o primeiro do país a ter uma Secretaria Municipal do Clima, criada em fevereiro de 2021. Esta é uma grande oportunidade de integrar as políticas de SAN com uma abordagem holística e de sustentabilidade.



## PETROLINA - PE



359,372 mil habitantes 4.561,870 km<sup>2</sup>

Petrolina é um município pernambucano incrustado na região do sertão do São Francisco e do Pajeú. Banhada pelo Rio São Francisco, a cidade forma parte da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE), junto ao município de Juazeiro, estado da Bahia, e mais outros seis municípios, sendo três pernambucanos (Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó) e três baianos (Casa Nova, Curaçá e Sobradinho), formando a maior região metropolitana do interior do Nordeste.

A produção de frutas para exportação e para produção vinícola em Petrolina é o carro-chefe do seu Produto Interno Bruto (PIB), sendo o maior PIB agroexportador do país. Entretanto, isto não se reverte necessariamente em consumo local destes alimentos. Tem sido a produção familiar feita em pequena escala quem cumpre este papel, daí porque o incentivo

e apoio aos pequenos produtores ser um dos principais objetivos da gestão municipal. A produção familiar de pequena escala está sujeita a grandes desafios, especialmente pelo fato de ser feita na região semiárida, com destacada escassez hídrica.

As políticas alimentares criadas e mantidas pela prefeitura de Petrolina chamam atenção pela sua diversidade e abrangência, com destaque para a criação da Central de Cidadania Agroalimentar como um espaço voltado para o fortalecimento de sistemas alimentares. As iniciativas vão desde o assessoramento e fornecimento de insumos voltados à produção dos alimentos pela agricultura familiar, passando por capacitação para o reaproveitamento, beneficiamento e combate ao desperdício de alimentos, preparo de compostagem para o uso como insumo agroecológico,



oficinas sobre educação alimentar e nutricional, orientações para acessar as compras públicas do PAA e PNAE, entre outras atividades.

Além da Central, a prefeitura também mantém um Restaurante Popular, com cerca de 1.300 refeições diárias, que são fornecidas para famílias de baixa renda. A gestão também utiliza o PAA para comprar a produção feita por produtores familiares, cujos alimentos são entregues a famílias em situação de vulnerabilidade social, através da secretaria de assistência social.

Diante de um cenário em que estão conjugadas a insegurança hídrica, a prevalência do modelo agroexportador e o desafio da produção da agricultura familiar local, essas apostas feitas e custeadas por Petrolina são importantes e surgem como políticas públicas que objetivam garantir a segurança alimentar e nutricional na região, dando um bom exemplo de como o poder público pode cumprir com seu papel.



## PORTO ALEGRE - RS



1.492,530 mil habitantes   495,390 km<sup>2</sup>

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é um município signatário do Pacto de Milão e possui metas bastante ambiciosas para os programas de SAN. Dentre elas está a Lei nº 12.328 de 2017 que estabelece o prazo de até 2032 para o fim do uso de agrotóxicos no território rural.

Além disso, a prefeitura está concluindo a elaboração de uma legislação local para o desenvolvimento de hortas comunitárias, tanto em áreas públicas como privadas, tais como praças, terrenos urbanos e igrejas. A meta é implantar 300 hortas urbanas e estimular a participação da sociedade civil nas questões alimentares.

Outro destaque é a vontade de garantir novos pontos de escoamento da produção local através de feiras, incluindo espaços destinados para feiras de produtores em transição agroecológica. A cidade conta

atualmente com 7 (sete) feiras agroecológicas, 51 (cinquenta e uma) feiras livres convencionais e o Mercado do Produtor.

A experiência com os Restaurantes Populares é muito bem sucedida. O município conta com estes equipamentos desde 2013, quando foi instalado o primeiro Restaurante Popular, localizado no centro da cidade. Em 2019, houve uma mudança na gestão priorizando a descentralização do atendimento, com o objetivo de atender outras populações vulneráveis. Atualmente existem 5 (cinco) Restaurantes Populares, sendo 4 (quatro) nos bairros e 1 (um) no centro, com previsão de abertura de mais unidades em breve. São servidas 100 (cem) refeições diárias nos restaurantes dos bairros e 400 (quatrocentas) no centro, num total de 800 (oitocentas) pessoas atendidas por dia.



Um grande diferencial é a utilização dos Restaurantes Populares como porta de entrada para a assistência social e saúde no município. Para o acesso aos restaurantes é realizado um cadastramento inicial e exigida a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). A refeição é gratuita e o orçamento do tesouro municipal arca com o custo, pois se entende essencial priorizar o atendimento da assistência social.

A partir do cadastramento dos usuários foi possível perceber uma maior demanda por ações de saúde

e assistência, focadas em emprego e renda. Por isso, nos Restaurantes Populares são desenvolvidas ações como rodas de conversa sobre temas como câncer de mama, conscientização sobre HIV, higiene pessoal, além de realizarem corte de cabelo e a entrega de kits de higiene pessoal. Também buscam apresentar informações e dicas sobre trabalho e emprego, além de uma parceria com criação de vagas para público de baixa qualificação. Essa mudança permitiu um olhar mais holístico sobre as necessidades do público-alvo, qualificando as ações de SAN e assistência social no município.



foto: Acervo Prefeitura de Porto Alegre - RS

## RIO BRANCO - AC



419,452 mil habitantes   8.835,154 km<sup>2</sup>

A capital do Acre, Rio Branco, tem um interessante exemplo de intersetorialidade de política alimentar, que envolve a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agropecuária: o Programa de Hortas Comunitárias em terrenos baldios, instituído pela Lei N° 2.326 de 2019. O objetivo do programa é utilizar terrenos ociosos públicos ou privados, para o cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais e ornamentais. A fiscalização e escolha dos terrenos é feita pela Secretaria de Meio Ambiente. Para cuidar destas hortas podem se candidatar pessoas com cadastro no CADUnico residentes em Rio Branco e entidades sem fins lucrativos com sede na cidade. A produção destas hortas é para consumo próprio, mas também destinada por meio de compras institucionais

aos beneficiários do Bolsa Família - assistidos pelos CRAS e entidades beneficiárias da assistência social. Os hortelões urbanos contam com assistência de cultivo convencional e orgânico, oferecido pela Secretaria de Agropecuária.

O município possui também o programa Feiras Livres da Agricultura Familiar Sustentável, que ganhou em 2019 o Prêmio Cidades Sustentáveis. A iniciativa conta na sua execução com Associações e Cooperativas locais, e com organizações como a Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia, o WWF Brasil, o Instituto Federal do Acre, a Universidade Federal do Acre e a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, atuando em diversas frentes e também de forma intersetorial.

A produção local proveniente do cinturão verde e das hortas do



Programa de Hortas Comunitárias é escoada para as feiras livres da cidade, com apoio logístico e na comercialização. A assistência técnica e disponibilização de equipamentos e insumos para os agricultores também é realizada no âmbito deste projeto. Assim, o programa facilita o acesso a alimentos locais e frescos para a população do município, e também auxilia na geração de renda das famílias agricultoras tanto pelo escoamento pelas feiras como pelo acesso aos programas PAA e PNAE.

O município conta com mais de 40 (quarenta) feiras livres, sendo 2 (duas) delas de produtos de base agroecológica, 12 (doze) mercados municipais, uma feira temática (Feira do Peixe e Agricultura Familiar/Semana Santa) e a central de abastecimento gerida pelo poder municipal e que atende a todo o Acre.

Uma peculiaridade é a logística complexa para acessar o município, fazendo com que haja uma alta importação de alimentos de países vizinhos, aumentando os custos com alimentação. Assim, a prefeitura tem investido nas capacitações e assistência técnica para aumentar a produção de alimentos locais. A Secretaria de Agropecuária, em parceria com EMBRAPA, SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Universidade Federal do Acre, oferece assistência técnica de apoio à produção, escoamento e comercialização, além de fornecimento de composto proveniente da compostagem do material verde e resíduos da agroindústria de polpas de frutas, e ainda, melhoramento na infraestrutura, como por exemplo, a malha viária.

Por conta da cultura extrativista, há um esforço de incluir produtos locais e tradicionais nas compras públicas do PAA e PNAE. A execução do PNAE no município trabalha não somente com produtores e produtoras de Rio Branco mas também com cooperativas de municípios vizinhos, diversificando e expandindo a abrangência dos benefícios.



## RIO CLARO - SP



209,548 mil habitantes   498,422 km<sup>2</sup>

Rio Claro, localizada no interior de São Paulo, tem o apoio e o fortalecimento da agricultura familiar como carro chefe das ações de SAN no município, seja por apoio técnico à produção, por apoio à comercialização ou pela compra institucional para a alimentação escolar. Devido a algumas destas ações, o município ganhou visibilidade em dois prêmios nos anos de 2018 e 2019.

Em 2018 ficou em segundo lugar na premiação “Josué de Castro de Combate à fome e à desnutrição”, iniciativa do governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O Projeto Horta Solidária apresentado para a premiação consistiu em transformar uma área de acúmulo de lixo e que gerava insegurança pública em uma horta produtiva. Os alimentos produzidos nesta horta são encaminhados para o

Banco de Alimentos, que atende as famílias mais vulneráveis no município. O projeto, além de auxiliar na alimentação de quem mais precisa, atua também na geração de emprego, renda e capacitação profissional de pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social, através de bolsas oferecidas pelo programa Nova Vida. Esta atuação em diferentes esferas dos aspectos sociais mostra a intersectorialidade do Projeto Horta Social.

Já em 2019, Rio Claro ganhou o “Prêmio Cidadania no Campo - Município Agro 2019”, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, pelas ações de apoio aos produtores no desenvolvimento rural sustentável, e da valorização às famílias que têm no campo seu meio de sustento e renda. Além da Horta Solidária, o município conta com uma horta municipal de



base agroecológica, cuja produção é destinada a entidades de assistência social.

Outro destaque, também incluído na premiação de 2019, são as feiras livres como forma de escoamento da produção local e acesso a alimentos frescos pela população. Feiras tradicionais de bairros somam-se à Feira do Produtor Rural. As ações de fortalecimento incluem também a conservação das estradas rurais, utilizadas para o escoamento da produção com agilidade e segurança.

## SOBRAL - CE



212,437 mil habitantes 2.068,474 km<sup>2</sup>

Sobral, localizado no interior do Estado do Ceará, possui uma ação de assistência técnica para a agricultura familiar por meio de agentes rurais locais, com o intuito de universalização da ATER. As agentes estão em todos os distritos do município, sendo a maioria mulheres, jovens e agricultoras da própria comunidade, mostrando o protagonismo feminino neste processo, que facilita a articulação da comunidade e da equipe técnica da prefeitura.

O fortalecimento da agricultura familiar pela assistência técnica permite um aumento de produção e como consequência o município consegue adquirir da agricultura familiar mais de 30% dos gêneros para a alimentação escolar. Vale dizer que diversas das ações da assistência técnica visam estimular a transição agroecológica dos

produtores e também dar suporte para a produção de animais no modelo familiar - caprinos, ovinos, avinos e bovinocultura de leite. Além da assessoria técnica de produção, a melhora no escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar são levados em consideração. As feiras são um exemplo e acontecem nos bairros e nos distritos, além de algumas modalidades virtuais.

A Prefeitura também destina um espaço no centro da cidade para a venda de artesanato e de produtos da agricultura familiar, seguindo os princípios da economia solidária, além de oferecer refeições diariamente. Neste espaço ocorrem atividades com temas sobre fortalecimento da agricultura familiar, empoderamento feminino, educação no semiárido e projetos de igualdade de gênero.



No município acontece também uma feira de produtos agroecológicos, que foi estimulada como uma das ações do Projeto Paulo Freire, financiado pelo FIDA. Este projeto está em processo de encerramento e teve como foco especial mulheres, jovens e povos tradicionais, com a implantação de Cadernetas Agroecológicas, capacitação em Educação e Saúde, e implantação de tecnologias sociais, como sistemas de reuso de água e biodigestores em diversas regiões do Ceará.

No âmbito da Educação Alimentar e Nutricional, o foco em geral é nas questões da obesidade, desnutrição infantil, capacitação para produção, gerenciamento, segurança, manuseio e preparação dos alimentos - ações tomadas tanto junto aos produtores e produtoras, quanto na qualificação de merendeiras. O incentivo à conservação das sementes crioulas tem ganhado relevância no município, que possui diversas Casas de Sementes, com mais de 500 produtores participantes de uma rede de intercâmbio de sementes. O grupo trabalha na elaboração de uma lei municipal para reconhecimento das sementes crioulas. A Cáritas Diocesana também vem desenvolvendo um trabalho de incentivo à seleção e banco de sementes na região por meio de uma rede comunitária de intercâmbio de sementes composta por 12 municípios dos Territórios de Sobral e Vales do Curu e Aracatiaçu, no Ceará.



## SANTARÉM - PA



308,339 mil habitantes



17.898,389 km<sup>2</sup>

Santarém é uma pujante cidade amazônica localizada no Pará, na confluência dos Rios Amazonas e Tapajós. O poder municipal tem como foco ações de caráter transversal que mitiguem a insegurança alimentar e incentivem dietas sustentáveis ao mesmo tempo que contribuam para o desenvolvimento e fomento da produção da sociobiodiversidade local. O município faz parte da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), criada e coordenada pelo Ministério Público Federal. A Catrapoa promove a compra de alimentos produzidos localmente, por pequenas unidades familiares, produtivas ou extrativistas, e por coletivos indígenas, a fim de melhorar a qualidade da alimentação escolar na rede pública. A atuação da Catrapoa também valoriza a biodiversidade e privilegia a cultura alimentar local, advogando por adequação nas legislações a essa realidade, além de apoiar o cadastramento de pequenos

produtores e extrativistas para atender às compras públicas, o que acaba fomentando a geração de renda na localidade.

A compra de alimentos pelo PAA em Santarém já acontece há aproximadamente 17 (dezessete) anos, e o município é um dos que realiza a maior execução do PAA federal no Brasil. As aquisições se destinam tanto para consumo interno nas instalações da Prefeitura, quanto para doação para instituições cadastradas. O PNAE também cumpre essa finalidade, estimulando a compra de produtos da agricultura familiar local, assim como de pescadores e extrativistas locais. A compra direta do PNAE hoje está em quase 30%.

A logística de distribuição de produtos da agricultura familiar apesar de complexa, por conta das características locais e amplitude do município, consegue atender as demandas e merece destaque, ainda



que investimentos futuros na frota sejam importantes para garantir atendimento a todas as escolas da rede de ensino. A Secretaria de Agricultura e Pesca atua diretamente na melhora da trafegabilidade e também no incentivo à produção familiar por meio de mapeamento, triagem para assistência técnica e doação de insumos e equipamentos. O município conta com equipe própria, mas também com técnicos da EMATER e do Instituto de Pesquisas Amazônicas (IPAM). A entrega dos alimentos da alimentação escolar é feita tanto diretamente pelas cooperativas nas

escolas, quanto em central logística da Prefeitura para recebimento ou na Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, a depender do tipo de alimento e quantidades.

A alimentação escolar é considerada como uma oportunidade para o desenvolvimento local e para a Educação Alimentar e Nutricional. As hortas escolares são consideradas igualmente relevantes para estes pilares. O projeto das hortas escolares surgiu da necessidade de lidar com a rejeição dos alunos a alimentos frescos como verduras. A Secretaria da Educação com apoio de profissionais da Secretaria de Saúde criaram uma parceria com a cooperativa que fornecia alimentos frescos para uma das escolas do município, solicitando que também fossem enviadas mudas e sementes para iniciar uma horta escolar. A partir deste projeto piloto, começaram a intensificar as parcerias com as cooperativas que fornecem alimentos da agricultura familiar, com o intuito de realizarem uma assistência técnica nas escolas para implantação e manutenção das hortas.

Este modelo serviu de exemplo e as hortas escolares se expandiram. Atualmente, as escolas novas já contam com uma horta desde sua inauguração. Este processo estimula que os alunos valorizem os alimentos e levem esta visão também para suas casas e famílias. Também ficou claro que os alunos começaram a sentir vontade de ir para a horta e celebrar as colheitas. O custo da implantação das hortas escolares é arcado pela Prefeitura mas também conta com apoio do Ministério Público do Trabalho.

O sucesso das práticas de Educação Alimentar e Nutricional no município é atribuído ao envolvimento de diversos atores da sociedade e diferentes secretarias (Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde). Somam-se ações feitas neste âmbito, como cursos de treinamento para agricultores e cursos de aproveitamento integral de alimentos para a comunidade.



## TERESINA - PI



871,126 mil habitantes   1.391,293 km<sup>2</sup>

Teresina é a capital do estado do Piauí, localizada numa região de transição entre o Semiárido e a Amazônia. Há experiências locais de iniciativa da gestão municipal muito interessantes, voltadas a garantir a segurança alimentar e nutricional, valorizar as mulheres como protagonistas dessas experiências e torná-las de execução permanente.

A primeira estratégia de SAN formalizada em Teresina foi em 2010, quando o município aderiu ao programa de Restaurantes Populares e a prefeitura montou uma equipe de segurança alimentar e nutricional. Convidados a participar do CONSEA estadual e nacional para acompanhar iniciativas semelhantes em outros lugares, a cidade instituiu o marco legal da política de segurança alimentar em 2014, junto com a instalação da CAISAN municipal, do Conselho de SAN e de uma gerência de segurança alimentar. Em 2016,

Teresina aderiu ao SISAN, e em 2018, foi criada uma comissão municipal de agroecologia para atuação em 10 comunidades rurais, que atualmente estão em processo de transição agroecológica, sendo que 5 delas estão prestes a receber o certificado e selo de produtos orgânicos.

Todas essas ações são feitas em parceria com universidades, onde foi instalada uma das feiras agroecológicas como projeto de extensão, fortalecendo a relação consumidor/produtor. Com a pandemia, a maioria dos produtores suspendeu a comercialização na feira, mas o escoamento da produção começou a ser feito através de cestas agroecológicas entregues na cidade.

O Restaurante Popular produz 1.100 refeições diárias, mas há pretensão de chegar a 2.000 refeições, inclusive para atender todas as secretarias do município com marmitas. Trata-se de um Restaurante-Escola, onde



são disponibilizados cursos de capacitação e formação, como cozinheiro industrial, auxiliar de cozinha e panificação. Embora o Banco de Alimentos existente em Teresina seja da administração estadual, as doações beneficiam instituições no município, cadastradas pela secretaria de ação social, inclusive os abrigos de acolhimento, voltados especialmente aos imigrantes venezuelanos.

O município aderiu ao programa Agenda 2030, que visa incentivar ações locais de desenvolvimento sustentável, captar recursos para

programas e políticas nesse aspecto e impulsionar experiências locais. Destaca-se o projeto Mulheres pelo Clima, que trabalha com três grupos de mulheres: horticultoras, ceramistas e recicladoras. A zona rural é extensa, equivale a quase 90% da área total do município. Por isso, foi criada uma Secretaria de Desenvolvimento Rural para atender às demandas específicas. No contexto urbano, existem mais de 40 hortas espalhadas nos bairros, com produção convencional, e mais outras na zona rural que são de produção agroecológica. No projeto “Plante a sua Comida”, há iniciativas ligadas à agroecologia e agrofloresta. Além dessas, existem iniciativas de hortas escolares no programa Lagoas do Norte, atendendo às comunidades mais vulneráveis. Na alimentação escolar, o município garante uma compra direta da produção familiar superior à quota mínima de 30%.

A gestão reconhece a recente tomada de consciência sobre a necessidade de se discutir sobre a alimentação e a SAN com uma centralidade

ambiental, como parte de um planejamento geral, e não somente como responsabilidade de uma secretaria. Há planos de elaborar um processo de transição agroecológica em Teresina, visibilizando o trabalho das mulheres horticultoras nessas práticas e envolvendo a sociedade civil, preservando os saberes tradicionais e valorizando a atividade. Até o final de 2024, o município pretende aumentar a assistência técnica na zona rural, oferecer fomento para a produção de hortas urbanas no formato de agrofloresta, com aumento da renda para as mulheres hortelãs, além de retomar as atividades regulares da estrutura de governança da SAN. São metas ousadas, porém bastante alentadoras.

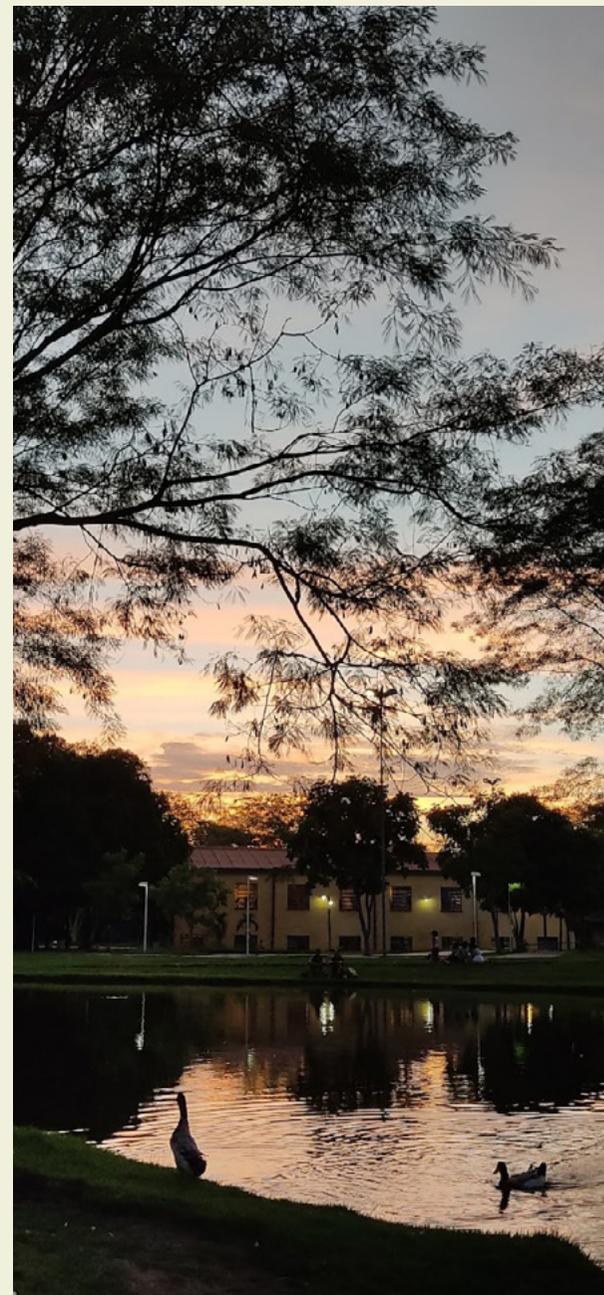


foto: Acervo Prefeitura de Teresina - PI



CONCLUSÃO

O primeiro LAB do projeto LUPPA foi um riquíssimo laboratório de trocas de experiências. A cada oficina, um grande tema conduzia as rodas de conversa nos grupos paralelos de debate, que proporcionavam troca de experiências e informações, tanto entre cidades do projeto quanto de experiências externas, convidadas a expor seus programas e ações.

O LAB realizado em formato virtual permitiu a participação de pessoas nos mais diversos territórios do país, com baixos custos envolvidos, o que certamente foi um ganho para o projeto. Por outro lado, dificultou a participação daqueles que não têm acesso pleno à internet - principalmente, na região Norte do país - bem como desafiou a capacidade de interação daqueles que estavam participando das oficinas em ambientes compartilhados. Nesse sentido, existindo a possibilidade de realizar a próxima edição do LUPPA em formato presencial, será importante

para permitir a dedicação integral dos participantes durante as atividades do LAB e para fortalecer o relacionamento entre os participantes da rede do LUPPA.

Os diversos temas tratados ao longo dos encontros reforçaram a relevância de se considerar a intersetorialidade e a participação social no desenho das soluções para segurança alimentar e nutricional. Vimos que não adianta tratar de agricultura, ou de saúde, ou de segurança alimentar, ou de geração de renda separadamente. É preciso pensar nos sistemas alimentares enquanto sistemas com inúmeras relações e interdependências. E não adianta tirar soluções prontas da prateleira. É preciso ouvir o que as populações realmente demandam e atentar para as experiências que já estão sendo conduzidas.

Nesse ponto, um desafio do projeto que certamente continuará recebendo bastante atenção nas próximas edições é a participação

da sociedade civil organizada, através de seus conselhos de controle social, preferencialmente o Conselho de SAN, quando instalado, e o seu engajamento efetivo com as atividades do LUPPA.

Alguns resultados desse primeiro LAB foram, entretanto, alentadores: em alguns municípios onde o diálogo governo-conselho era deficitário, a participação no LUPPA ajudou a consolidar laços e estabelecer relações necessárias e promissoras.

Colaborar é preciso.

E de fato, o primeiro LAB do LUPPA mostrou que iniciativas colaborativas são urgentes. E que as cidades potencializam suas capacidades através de processos de trocas, onde compartilham experiências, reconhecem suas conquistas e aprendem umas com as outras.

Mostrou também que a agenda dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis não é estranha aos municípios, muito pelo contrário. As gestões municipais querem cada

vez mais se apropriar do tema, desenvolver suas habilidades de trabalho verdadeiramente intersetorial, e querem assumir metas ousadas.

Uma ação importante do LUPPA foi conectar as cidades participantes com cidades "mentoras". Após a realização do LAB, 10 cidades foram selecionadas para receber mentoria, e estão desenvolvendo as atividades dos seus respectivos planos de trabalho com o apoio da cidade que lhes coube ser mentora. Em setembro de 2022, quando se encerrar a 1ª edição do LUPPA, poderemos avaliar os êxitos dessas cooperações mais estreitas.

Voltando às oficinas do LAB, uma importante estratégia metodológica foi garantir que os participantes também se reunissem em pequenos grupos para realizar o mapeamento sistêmico das dinâmicas de seus municípios no tocante à agenda alimentar. Foi a partir destes mapeamentos, foram identificadas questões

prioritárias para a transformação dos sistemas alimentares e as chamadas "alavancas de mudança". O passo seguinte foi criar uma rota para identificar ações de impacto, ou seja, iniciativas já existentes, ou que precisam ser planejadas, para alavancar a transformação do sistema alimentar e permitir a futura construção, consolidação ou revisão da política para a segurança alimentar e nutricional do município, de forma a promover saúde, justiça social e sustentabilidade - o "projeto âncora".

Algumas cidades já elaboraram seus projetos âncora, outras ainda estão na fase de construção. Esse exercício visa consolidar em cada cidade um ponto de partida para a transformação necessária, mas também visa exercitar o trabalho intersetorial, a construção de diálogos permanentes e consistentes entre agentes da administração pública, entre governo e sociedade civil, e, de uma forma mais ampla, entre atores dos sistemas alimentares.

Em setembro de 2022, quando se encerrar a 1ª edição do LUPPA, poderemos avaliar os êxitos e progressos dessas ações apontadas e entender melhor tanto gargalos quanto processos bem-sucedidos.

Desde já, entretanto, podemos fazer algumas análises e considerações a título de aprendizados do LAB de 2021.

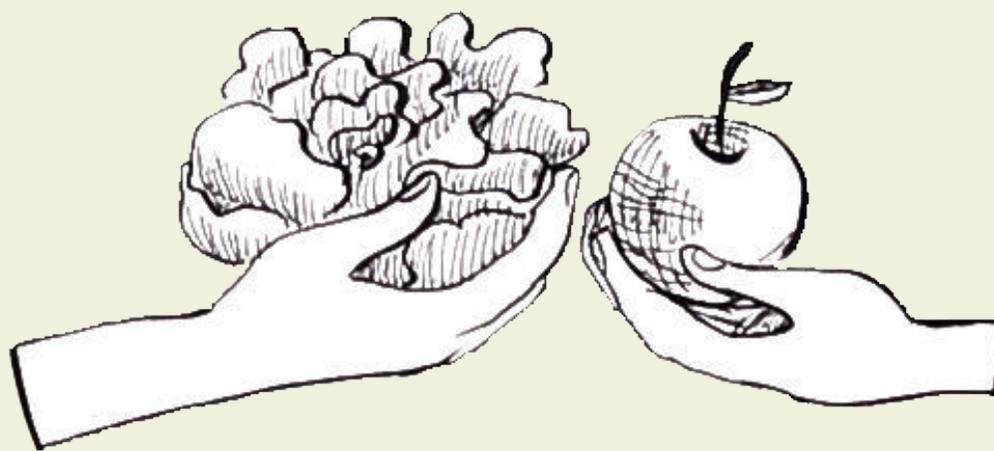
Sobre os desafios enfrentados pelos municípios, vale pontuar que muitas políticas federais de execução local estratégicas na agenda de SAN perderam considerável parcela de orçamento nos últimos anos, como o PAA, o Programa federal de Aquisição de Alimentos. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar - cujos repasses perderam de certa forma poder de compra com a crescente inflação do preço dos alimentos, teve sua execução severamente prejudicada pelo fechamento das escolas, medida necessária para o controle da pandemia de Covid-19.

Nesse contexto, quando apurados quais os principais desafios que os municípios julgam enfrentar hoje para atingirem sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, foram apontados, nessa ordem, os seguintes temas: orçamento/recursos financeiros; estruturas permanentes de combate à insegurança alimentar ("políticas de estado"); capacitação tanto das equipes da gestão quanto o oferecimento de cursos de capacitação para atores do sistema alimentar; e acesso à assistência técnica para transição agroecológica e modelos sustentáveis de produção de alimentos.

Apesar dos múltiplos desafios, existem muitas iniciativas inovadoras de municípios de diferentes tamanhos e territórios, e que não costumam ganhar muita visibilidade nacional.

É possível ver programas e iniciativas que cada vez mais assumem uma dimensão múltipla da segurança alimentar e nutricional, envolvendo aspectos de desenvolvimento circular com educação alimentar, de apoio a agricultura familiar com combate a desperdício de alimentos e combate à insegurança alimentar, e de valorização de dietas saudáveis e sustentáveis com o papel da bioeconomia.

Acreditamos que é na colheita destes encontros que encontraremos os melhores frutos para a segurança alimentar e nutricional das nossas cidades.





**luoppa** LAB URBANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALIMENTARES

**Idealização e  
Coordenação Geral**



**Correalização**



**Apoio**



**Parceria Metodológica**



**Apoio Institucional**

**Cidades Mentoras**

1ª EDIÇÃO



**HUMANE SOCIETY  
INTERNATIONAL**

